



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

**RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO 2011**

**RELATÓRIO DE GESTÃO APRESENTADO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
REFERENTE PROCESSO DE CONTAS ANUAL A QUE ESTA UNIDADE ESTÁ
OBRIGADA NOS TERMOS DO ART. 70 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL,
ELABORADO DE ACORDO COM AS DISPOSIÇÕES DA INSTRUÇÃO NORMATIVA
TCU Nº 63/2010, DA DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 108/2010 E DA PORTARIA TCU
Nº 123/2011.**

MACAPÁ, 30 DE MAIO DE 2012.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC

QUADRO A.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	10
QUADRO PRÓPRIO I – PLANO DE AÇÃO	12
QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO	15
QUADRO PRÓPRIO II – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	17
QUADRO A.2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ	18
QUADRO A.2.3 – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	21
QUADRO A.2.4 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES	21
QUADRO A.2.5 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL	22
QUADRO A.2.6 – QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....	23
QUADRO A.2.7 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA	24
ANÁLISE DAS CONCESSÕES E RECEBIMENTO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS POR MOVIMENTAÇÃO.....	24
QUADRO A.2.8 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ	25
QUADRO A.2.9 – DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ.....	26
QUADRO A.2.10 – DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ.....	27
QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO.....	30
QUADRO PRÓPRIO III- INDICADORES DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	32
QUADRO PRÓPRIO IV - INDICADOR SOCIO AMBIENTAL.....	32
QUADRO A.3.1 – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	43
QUADRO A.4.1 – SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	43
QUADRO A.5.3 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ - SITUAÇÃO EM 31/12	46
QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	47
QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	47
QUADRO A.5.6 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS –SITUAÇÃO EM 31/12	48
QUADRO A.5.7 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12....	49
QUADRO A.5.8 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	49
QUADRO A.5.9 – QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS	50



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

QUADRO A.5.9 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA	51
QUADRO PRÓPRIO VI – PLANO DE AÇÃO DE SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.....	65
QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	67
QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	72
QUADRO A.12.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	77
QUADRO. A.15.1 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCICIO	79
QUADRO A.15.2 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCICIO	80
QUADRO A.15.3 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCICIO	81
QUADRO A.15.4 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCICIO	82
QUADRO A.15.5 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCICIO	84
QUADRO A.15.6 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCICIO	85
QUADRO A.15.7 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCICIO	86
QUADRO A.15.8 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCICIO	87
QUADRO A.16.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	88
QUADRO A.16.2 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	89
QUADRO A.16.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	89
QUADRO A.16.4 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	90
QUADRO A.16.5 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	90
QUADRO A.16.6 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	91
QUADRO A.16.7 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	92
QUADRO A.16.8 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	92
QUADRO A.16.9 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	93
QUADRO B.1.1 – DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMOSNTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UJ.....	98
QUADRO C.1.8 – RELAÇÃO DOS DIRETÓRIOS DE PARTIDOS NO ESTADO.....	98
QUADRO C.1.9 – DISCRIMINAÇÃODAS COTAS DO FUNDO PARTIDÁRIO RECEBIDAS PELOS DIRETÓRIOS ESTADUAIS DAS DIREÇÕES NACIONAIS DOS PARTIDOS.....	100
QUADRO C.1.10 – DIRETÓRIOS ESTADUAIS QUE PRESTARAM CONTAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO ANTERIOR DE REFERÊNCIA.....	102
QUADRO C.1.11 – DIRETÓRIOS ESTADUAIS QUE NÃO PRESTARAM CONTAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2010..	103
QUADRO C.1.12 – JULGAMENTO DAS CONTAS DOS DIRETÓRIOS ESTADUAIS DOS PARTIDOS.....	103



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

A – Atividade

ASDIGE – Assessoria da Diretoria Geral

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

ARP's – Ata de Registro de Preços

ASCOM – Assessoria de Comunicação

ASI – Automation System of Inventory (sistema de controle de bens patrimoniais)

CATMAT – Sistema de Catalogação de Material

CCI – Coordenadoria de Controle Interno

CFTV – Circuito fechado de Câmeras de Segurança

COMPRASNET – Sistema de compras Eletrônicas do Governo Federal

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

COEDE – Coordenadoria de Desenvolvimento e Educação

CPL – Comissão Permanente de Licitação

COF – Coordenadoria de Orçamento e Finanças

CRE – Corregedoria Regional Eleitoral

DBR – Declaração de Bens e Renda

DG – Diretoria Geral

DN – Decisão Normativa

EF - Eficácia

EJE – Escola Judiciária Eleitoral

ELO – Sistema Nacional de Cadastro de Eleitores

EPF – Eclipse Process Framework



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

IN – Instrução Normativa

LOA – Lei Orçamentária Anual

NA – Não se Aplica

NBR – Normas Brasileiras

OP - Operações Especiais

PAC – Plano Anual de Capacitação

PAD – Processo Administrativo Disciplinar

PETI – Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação

PJ – Pessoa Jurídica

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

PNMC – Política Nacional Sobre Mudança de Clima

PPA – Plano Plurianual

PR - Previsão

PRES – Presidência

PSSS – Plano de Seguridade Social do Servidor

RE - Realizado

Res. – Resolução

RG – Relatório de Gestão

RP – Restos a Pagar

SADP3 – Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos

SAGEC – Seção de Acompanhamento e Gestão de Contratos

SAO – Secretaria de Administração e Orçamento

SEJUD - Secretaria Judiciária



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

SGP – Secretaria de Gestão de Pessoas

SIAFI – Sistema da Administração Financeira

SIASG – Sistema Integrado de Serviços Gerais

SIGEPRO – Sistema de Gerenciamento de projetos

SIGPLAN – Sistema de Informação Gerenciais e de Planejamento

SINCOV – Sistema de Gestão de Convênios

STI – Secretaria de Tecnologia da Informação

TI – Tecnologia da Informação

TCU – Tribunal de Contas da União

TRE – AP – Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UJ – Unidade Jurisdicionada

ZE – Zona Eleitoral



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
A – CONTEÚDO GERAL	10
1. INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	10
2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE, CONSIDERANDO O ATINGIMENTO DOS OBJETIVOS E METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS, BEM COMO AS AÇÕES ADMINISTRATIVAS CONSUBSTANCIADAS EM PROJETOS E ATIVIDADES, CONTEMPLANDO:	11
<i>a) Responsabilidades institucionais da unidade:.....</i>	<i>11</i>
<i>b) Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais:</i>	<i>12</i>
<i>c) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade:</i>	<i>15</i>
<i>d) Desempenho Orçamentário e Financeiro.....</i>	<i>21</i>
4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	43
5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE, CONTEMPLANDO AS SEGUINTE PERSPECTIVAS:	44
<i>a) Composição do quadro de servidores ativos.....</i>	<i>44</i>
<i>c) Composição do quadro de estagiários.....</i>	<i>49</i>
<i>d) Custos associados à manutenção dos recursos humanos.....</i>	<i>50</i>
<i>e) Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.....</i>	<i>51</i>
<i>f) Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....</i>	<i>55</i>
6. INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.....	62
7. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS – SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA – SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART. 19 DA LEI Nº 12.309, DE 9 DE AGOSTO DE 2010.	62
QUADRO A.7.1 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SINCOV	62
8. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.	63
QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR.....	63
9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ, CONTEMPLANDO OS SEGUINTE ASPECTOS: ...	64
<i>a) Ambiente de controle. Avaliação = 2,4.....</i>	<i>64</i>
<i>b) Avaliação de risco. Avaliação = 1,5</i>	<i>65</i>
<i>c) Procedimentos de controle. Avaliação = 2,0</i>	<i>65</i>
<i>d) Informação e Comunicação. Avaliação = 2,5.....</i>	<i>65</i>
<i>e) Monitoramento. Avaliação = 2,0.....</i>	<i>65</i>
10. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS, TENDO COMO REFERÊNCIA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2010 E A PORTARIA Nº 2/2010, AMBAS DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E INFORMAÇÕES RELACIONADAS À SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS DESCARTADOS EM CONFORMIDADE COM O DECRETO Nº 5.940/2006.	69
11. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ, CLASSIFICADO COMO “BENS DE USO ESPECIAL”, DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS.	75



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

R. ESTE TRIBUNAL NÃO POSSUIU BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB SUA RESPONSABILIDADE.	75
12. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ, CONTEMPLANDO OS SEGUINTE ASPECTOS:	75
a) <i>Planejamento da área;</i>	75
b) <i>Perfil dos recursos humanos envolvidos;</i>	75
c) <i>Segurança da informação;</i>	75
d) <i>Desenvolvimento e produção de sistemas;</i>	75
e) <i>Contratação e gestão de bens e serviços de TI.</i>	76
13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL, OBSERVANDO-SE AS DISPOSIÇÕES DOS DECRETOS Nºs 5.355/2005 E 6.370/2008.	78
14. INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA, CONTENDO DECLARAÇÃO DO GESTOR DE QUE OS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DA RENÚNCIA, BEM COMO DA CONTRAPARTIDA, COMPROVARAM, NO EXERCÍCIO, QUE ESTAVAM EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO AOS PAGAMENTOS DOS TRIBUTOS JUNTOS À SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – SRFB, AO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS E À SEGURIDADE SOCIAL.	78
15. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO A QUE A UNIDADE JURISDICIONADA SE VINCULA OU AS JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO CUMPRIMENTO.....	79
16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO, CASO EXISTA NA ESTRUTURA DO ÓRGÃO, APRESENTANDO AS JUSTIFICATIVAS PARA OS CASOS DE NÃO ACATAMENTO.....	88
17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO.	94
B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....	95
1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UNIDADE JURISDICIONADA ATESTANDO QUE OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS (BALANÇOS ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL E A DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS, PREVISTOS NA LEI N.º 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964) E O DEMONSTRATIVO LEVANTADO POR UNIDADE GESTORA RESPONSÁVEL – UGR (VÁLIDO APENAS PARA AS UNIDADES GESTORAS NÃO EXECUTORAS) REFLETEM A ADEQUADA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA QUE APRESENTA RELATÓRIO DE GESTÃO.....	95
QUADRO B.1.1 – DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.	95
C – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS	95
1. INFORMAÇÕES SOBRE A CONFORMIDADE DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO COMO PREVISTO NOS ART. 40 A 43 DA LEI Nº 9.096/95, BEM COMO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS PELOS PARTIDOS POLÍTICOS, NO FORMATO DEFINIDO NA PORTARIA PREVISTA NO ART. 4º, § 3º DESTA DN.	95



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

INTRODUÇÃO

Em conformidade com os princípios constitucionais da Administração Pública e em cumprimento às disposições da IN TCU nº 63 de 1º de setembro de 2010, combinada com a DN TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010, e Portaria TCU nº 123, de 12 de maio de 2011, apresentamos o Relatório de Gestão do **Tribunal Regional Eleitoral do Amapá**, referente ao exercício de 2011. Este Relatório contém informações: orçamentária, financeira, contábil e operacional, descritas em forma de textos, quadro e declarações, conforme orientações contidas nas normas supracitadas, as quais foram levantadas junto às áreas responsáveis pelo planejamento, como COF, SGP, STI, SEJUD, CCI, SAGEC, CPL e Comissão de Gestão Ambiental, consolidado pela SAO, atribuição essa instituída pela Res. Nº 302/2007, de 22 de maio de 2007, Regulamento da Secretaria deste Tribunal.

Como órgão integrante do Poder Judiciário Federal, o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá desenvolveu suas ações através do planejamento orçamentário mais gerencial e independente da classificação orçamentária, estabelecendo três níveis de decisão: o estratégico – através de definição de prioridades que orientaram as ações durante o exercício financeiro, o administrativo – definindo os itens de gasto e o orçamentário – definindo-se valores. Neste sentido, adotou um rol de prioridades na análise das demandas pela finalidade dos gastos, visando estabelecer os focos de atenção que foram considerados no seu plano de ação.

A participação de todos os setores que compõem a Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá e Zonas Eleitorais na Gestão das ações foi de suma importância, isto porque a integração e comprometimento de todos no processo de elaboração da Proposta Orçamentária, bem como no controle e execução da Lei Orçamentária Anual – LOA/2011 viabilizou projetos voltados à satisfação dos interesses da coletividade, na medida em que consubstanciou os objetivos previamente estabelecidos e permitiu uma execução de forma equilibrada dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Tribunal.

Neste sentido, o Planejamento se transformou em instrumento de tomada de decisões que definiram os rumos e preparação dos gestores na busca integrada pelo atingimento dos objetivos e metas físicas e financeiras, consubstanciadas nas ações administrativas para o cumprimento das estratégias.

No exercício de 2011, as ações programadas sofreram cortes em virtude da política de contenção de gasto imposta pelo Governo Federal, cabendo a este Tribunal um contingenciamento no valor de R\$ 382.918,00 (trezentos e oitenta e dois mil e novecentos e dezoito reais), influenciando na tomada de decisão, e impactando a execução orçamentária. Entretanto, foram desenvolvidas com segurança, eficiência e rapidez, com custos operacionais reduzidos, frente à necessidade de eleição de prioridades decorrente da limitação existente, contribuindo para o fortalecimento da credibilidade da Justiça Eleitoral perante a sociedade, dentre as quais destacamos: a) os atendimentos itinerantes às comunidades ribeirinhas do Estado Amapá; b) a ampliação das ações do Programa Eleitor do Futuro; c) o Programa Cidadania em Pauta.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

A – Conteúdo Geral

1. Informações de identificação da unidade jurisdicionada

QUADRO A.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Judiciário			
Órgão de Vinculação: Tribunal Superior Eleitoral			Código SIORG: Não se aplica
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Tribunal Regional Eleitoral do Amapá			
Denominação abreviada: TRE-AP			
Código SIORG: Não se aplica	Código LOA: UO – 14.128		Código SIAFI: 070029
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Justiça Eleitoral			Código CNAE: 8423-0
Telefones/Fax de contato:	(096) 2101-1502	(096) 2101-1510	(096) 2101-1520
Endereço eletrônico: pre@tre-ap.gov.br / gabdbg@tre-ap.gov.br / dg@tre-ap.gov.br			
Página da Internet: http://www.tre-ap.jus.br			
Endereço Postal: Av. Mendonça Júnior, 1502 – Centro, CEP: 68900-020 – Macapá/AP			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Constituição Federal, art. 9, V, c/c art. 120, e Ata de instalação, datada de 10 de fevereiro de 1992.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
070029	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
070029	00001

2. Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira da unidade, considerando o atingimento dos objetivos e metas físicas e financeiras, bem como as ações administrativas consubstanciadas em projetos e atividades, contemplando:

a) Responsabilidades institucionais da unidade:

I. Competência Institucional.

Como órgão integrante da estrutura do Poder Judiciário, o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá tem como competência fundamental garantir a legitimidade do processo eleitoral e o exercício da cidadania através do direito de votar e de ser votado. É o que se depreende da leitura da legislação vigente, mais precisamente os arts. 29 e 30 do Código Eleitoral - Lei n. 4.737/65 e Constituição Federal.

Portanto, a premissa eleita como Missão deste Regional está em total consonância com os diplomas legais válidos, qual seja, “Garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia”.

Destaca-se ainda, o TRE/AP é comprometido com ações de cunho social, pois além da manutenção dos Programas Eleitor do Futuro e Mesário Voluntário, implantou-se mais uma iniciativa, o Programa Cidadania Em Pauta, voltada para o público universitário.

II. Objetivos estratégicos.

O Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá contempla o quinquênio 2010/2014 e busca atender ao novo modelo de gestão que a administração pública tende a adotar, que é a gestão voltada para resultados, alcançando desse modo maior qualidade possível na prestação dos serviços a que se destina, ou seja, realizar sua competência de forma eficiente, eficaz e efetiva.

Neste contexto, o Planejamento Estratégico do TRE/AP contempla ações nas seguintes áreas estratégicas: **Eficiência Operacional, Alinhamento e Integração, Atuação Institucional, Responsabilidade Social, Gestão de Pessoas, Infra-estrutura e Tecnologia e Orçamento.** Para atendê-las, estabeleceu os seguintes objetivos estratégicos:

- I – Garantir a agilidade e segurança aos trâmites judiciais e administrativos;
- II – Buscar a excelência na gestão de custos operacionais;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

- III – Aprimorar continuamente a segurança do processo eleitoral;
- IV – Fomentar a interação e a troca de experiência entre tribunais (nacional e internacional);
- V – Fomentar a integração, comunicação e cooperação entre as unidades do TRE/AP;
- VI – Fortalecer e harmonizar as relações com os poderes e instituições;
- VII – Aprimorar a comunicação com públicos externos;
- VIII – Promover a cidadania;
- IX – Melhorar a relação com o meio ambiente;
- X – Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes e a qualidade de vida dos seus agentes;
- XI – Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia;
- XII – Adequar quadro funcional às necessidades institucionais;
- XIII – Garantir a infra-estrutura física apropriada às atividades administrativas e judiciais;
- XIV – Garantir a infra-estrutura de TI;
- XV – Assegurar os recursos orçamentários necessários para a execução

b) Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais:

I. Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida;

A análise do andamento do plano estratégico é feita pelo Comitê de Gestão Estratégica, formado pelas principais lideranças da Administração deste Tribunal, juntamente com a Comissão de Gestão de Planejamento através de reuniões periódicas visando o acompanhamento do atingimento dos objetivos, revelando a proatividade da Administração em relação aos desafios surgidos, de modo ser ajustado conforme as demandas existentes.

II. Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.

O plano de ação é um conjunto de decisões e prioridades que orientam a atuação da organização, num horizonte de curto e médio prazo, segundo os balizamentos estabelecidos.

Nesse sentido, o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá focou-se nos objetivos estratégicos, por meios de ações específicas, para que os indicadores apontassem ao máximo para um cumprimento pleno das metas propostas para o exercício de 2011, mas com visão para o ano de 2014.

QUADRO PRÓPRIO I – PLANO DE AÇÃO

Eficiência Operacional				
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Garantir agilidade e segurança nos trâmites judiciais e administrativos				
Estratégia 1: Avaliação do estoque de processos, de modo a garantir julgamentos em número maior que o de processos de conhecimentos distribuídos em 2011, em alinhamento as Metas do CNJ para 2011.				
ID	AÇÕES	RESP.	PRAZO	STATUS (%)
1.1	Formação de Mutirão para análise e julgamento de processos	SEJUD, CRE ZONAS ELEITORAIS	Dez/11	100% executado
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Aprimorar continuamente a segurança do processo eleitoral				
Estratégia 1: Constante manutenção das urnas eletrônicas				
ID	AÇÕES	RESP.	PRAZO	STATUS (%)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Eficiência Operacional				
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Garantir agilidade e segurança nos trâmites judiciais e administrativos				
1.1	Realização de manutenções preventivas e corretivas nas urnas eletrônicas.	STI	Set/11	100% executado
1.2	Teste de votação das urnas eletrônicas através da realização de eleições não oficiais.	STI	Dez/11	100% executado
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Aperfeiçoar o planejamento de eleições				
Estratégia 1: Planejamento Integrado das Eleições				
ID	AÇÕES	RESP.	PRAZO	STATUS (%)
1.1	Planejamento integrado de Eleições: a construção do planejamento priorizou as Ações-macros que, ao invés de uma construção setorizada.	SEJUD/SAO STI/SGP CRE/ZONAS	Dez/11	100% executado
Atuação Institucional				
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Fortalecer e harmonizar as relações com os poderes e instituições				
Estratégia 1: Potencializar a interação com os poderes e instituições.				
ID	AÇÕES	RESP.	PRAZO	STATUS (%)
1.1	Parcerias Institucionais	DG	Dez/11	100% executado
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Aprimorar a comunicação com o público externo				
Estratégia 1: Implantar canal de comunicação permanente, permitindo ao cidadão fazer consultas sobre atos, programas e projetos institucionais, dar sugestões, fazer reclamações, denúncias, críticas e elogios sobre as atividades prestadas pelo TRE/AP e Zonas Eleitorais				
ID	AÇÕES	RESP.	PRAZO	STATUS (%)
1.1	Ouvidoria Eleitoral	CRE	Dez/11	100% executado
Responsabilidade Social				
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Promover a cidadania				
Estratégia 1: Parcerias com escolas e universidades buscando incentivar o conhecimento acerca do papel da Justiça Eleitoral na promoção da Cidadania e das atividades que desempenha.				
ID	AÇÕES	RESP.	PRAZO	STATUS (%)
1.1	Programa Cidadania em Pauta	SGP, DG, SEJUD	Dez/11	100% executado
1.2	Programa Eleitor do Futuro	EJE	Dez/11	100% executado
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Melhorar a relação com o Meio Ambiente				
Estratégia 1: Rever as ações projetos de racionalização de custos e redução de gastos neste Regional.				
ID	AÇÕES	RESP.	PRAZO	STATUS
1.1	Reformulação da Agenda Ambiental	C. de Gestão Ambiental	Dez/11	100% executado
Alinhamento e Integração				
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais (nacional)				
Estratégia 1: Levar ao conhecimento de outros órgãos do Poder Judiciário, experiências que deram certo no âmbito do TRE/AP.				
ID	AÇÕES	RESP.	PRAZO	STATUS (%)
1.1	Apresentação do trabalho "Promoção de Saúde Mental na Justiça Eleitoral do Amapá: Relatando a Implantação do Programa: Plantão Psicológico" no III Congresso Brasileiro dos Serviços de Saúde do Poder Judiciário, oportunidade na qual se pôde trocar experiências com servidores dos serviços de saúde de todo o Poder Judiciário.	SGP	Nov/11	100% executado
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Fomentar a integração, comunicação e cooperação entre as unidades do TRE				
Estratégia 1: Melhorar a qualidade dos relacionamentos entre os servidores, promovendo o desenvolvimento de				



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Eficiência Operacional				
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Garantir agilidade e segurança nos trâmites judiciais e administrativos habilidades sociais do trabalho, notadamente as de comunicação interpessoal.				
ID	AÇÕES	RESP.	PRAZO	STATUS
1.1	Workshop de desenvolvimento de Habilidades Sociais no Trabalho	SGP	Ago/11	100% executado
Estratégia 2: Aprimorar os canais de comunicação da intranet/internet				
2.1	Reformulação da Home Page do TRE/AP, tanto da intranet e internet	STI, DG	Dez/11	100% executado
Estratégia 3: Por meio da cooperação mútua, utilizar os usuários de serviços internos, prestados no âmbito do próprio TRE-AP, para avaliarem a qualidade dos serviços oferecidos pelas diversas unidades administrativas, fornecendo aos gestores dessas unidades indicadores para melhoria contínua dos serviços prestados .				
3.1	Avaliação dos Serviços Internos do TRE-AP	SGP	Nov/11	100% executado
Gestão de Pessoas				
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes e qualidade de vida dos agentes				
Estratégia 1: Promover a qualidade de vida dos servidores por meio de ações que visem o desenvolvimento de conhecimentos e atitudes que proporcionem qualidade de vida.				
ID	AÇÕES	RESP.	PRAZO	STATUS
1.1	Reedição do Programa de Qualidade de Vida do TRE-AP e Avaliação dos Resultados	SGP	Dez/11	100% executado
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia				
Estratégia 1				
ID	AÇÕES	RESP.	PRAZO	STATUS (%)
1.1	Reuniões periódicas com Juízes, Secretários e Coordenadores	DG	Dez/11	100%
1.2	Semana da Saúde	SGP/COEDE	Maio/11	100%
1.3	Programa de qualidade de vida	SGP/COEDE	Dez/11	100%
1.4	Plano de Capacitação	SGP/COEDE	Dez/11	100%
1.5	Pesquisa de Clima Organizacional	SGP/COEDE	Dez/11	100%
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Adequar quadro funcional às necessidades institucionais				
Estratégia 1: Promover o permanente monitoramento da distribuição do quadro de pessoal para, ante as necessidades, propor adequações do quadro por meio de lotação de servidores e/ou requisição de mão de obra de outros órgãos ou, ainda, a contratação de terceirizados. Promover estudos sobre a real necessidade de ampliação do quadro de pessoal efetivo para fins de proposição às instâncias competentes – Tribunal Superior Eleitoral, por exemplo.				
ID	AÇÕES	RESP.	PRAZO	STATUS (%)
1.1	Comitê de Gestão e Estratégica	DG	Dez/11	100% executado
Infra-estrutura e Tecnologia				
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Garantir a infra-estrutura física apropriada às atividades administrativas e judiciais				
Estratégia 1: Reorganização do espaço físico do TRE/AP				
ID	AÇÕES	RESP.	PRAZO	STATUS (%)
1.1	Apresentação de estudo para reorganização do espaço físico do TRE/AP, com realização de adaptações, reformas e instalação de mobiliário novo.	DG, SAO	Dez/11	100%
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Garantir a infra-estrutura de TI				
Estratégia 1: Estudo visando a necessidade de adquirir/renovar/racionalizar a infra-estrutura de TI, levando em consideração a reformulação da Agenda Ambiental.				
ID	AÇÕES	RESP.	PRAZO	STATUS (%)
1.1	Atualização do parque computacional em 45,5%	STI	Nov/11	100% Executado
1.2	Substituição de 31,70% das impressoras locais por impressoras em rede	STI	Nov/11	100% Executado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Eficiência Operacional				
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Garantir agilidade e segurança nos trâmites judiciais e administrativos				
1.3	Instalação de antenas via satélite nos municípios de Cutias e Itaúbal	STI	Nov/11	100% Executado
Orçamento				
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Assegurar os recursos orçamentários para a execução da estratégia				
Estratégia 1: Identificação das melhores práticas de Planejamento, Orçamento, Finanças e contabilidade, visando cumprimento das metas estabelecidas no planejamento estratégico, diminuindo perdas orçamentárias.				
ID	AÇÕES	RESP.	PRAZO	STATUS (%)
1.1	Orçamento para o Planejamento Estratégico	SAO/COF	Dez/11	100% executado

c) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade:

I. Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ.

Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA	0570				
Denominação	Gestão do Processo Eleitoral				
Tipo do Programa	Finalístico				
Objetivo Geral*	NA				
Objetivos Específicos	Propiciar a realização de pleitos eleitorais e aperfeiçoar os níveis de atendimento jurisdicional				
Gerente	O TRE/AP não é Gestor do Programa				
Público Alvo	Eleitores, partidos políticos e sociedade				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
32.827.289,00	34.616.128,17	34.506.792,47	32.474.966,42	2.027.190,91	32.474.857,25
Informações sobre os resultados alcançados					
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência		Índice	Índice



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

		Data	Índice inicial	Índice final	previsto no exercício	atingido no exercício
1	Hora	27/04/2009	4,00	4,00	2,76	7,68
Fórmula de Cálculo do Índice						
Prazo Médio de Apuração Eleitoral, com periodicidade bianual.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Segundo	27/04/2009	40,00	40,00	17,60	14,70
Fórmula de Cálculo do Índice						
Prazo Médio de Votação Por Eleitor						
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA		0089				
Denominação		Previdência de Inativos e Pensionistas da União				
Tipo do Programa		Apoio às políticas Públicas e Áreas Especiais				
Objetivo Geral*		NA				
Objetivos Específicos		Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes				
Gerente		O TRE/AP não é Gestor do Programa				
Público Alvo		Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação***		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados**	Valores Pagos	
Inicial	Final					
747.033,00	1.837.033,00	1.836.800,30	1.836.800,30	0,00	1.836.800,30	

Fonte: SIGPlan/SIAFI

NA* = Não há informações disponível no SIGPlan

**Restos a Pagar não Processados, relativos ao exercício de 2011, inscritos em 2012.

***LOA (+) Crédito Adicional (+) Suplementações (+) Provisões Líquidas (-) Canceladas/Remanejadas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

De acordo com a Lei Orçamentária Anual – LOA/2011, o TRE/AP executou orçamento contemplado em dois Programas de Governo: 0570 - Gestão e Administração do Programa e 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União.

As informações sobre os resultados alcançados, relativas ao programa Gestão e Administração do Programa devem ser prestadas de forma consolidada para toda a Justiça Eleitoral pelo Tribunal Superior Eleitoral, por ser a Corte Superior a responsável pelo gerenciamento do Programas de Governo inscrito na Lei 11.653/2008, que aprovou o Plano Plurianual para o período 2008/2011. Em relação ao programa Previdência de Inativos e Pensionistas da União não é atribuição da Justiça Eleitoral prestar tais informações.

A Portaria 779/2008, do Tribunal Superior Eleitoral, designou o Diretor Geral do TSE como responsável pelo Gerenciamento do Programa 0570 – Gestão do Processo Eleitoral, e os titulares das Unidades Administrativas de cada Regional como Coordenadores de ações orçamentárias no âmbito da Justiça Eleitoral, responsáveis pelo acompanhamento e controle da execução física e financeira do Programa, bem como das ações a ele vinculadas, em atenção ao contido na Lei 11.653/2008 e no artigo 3º do Decreto 6.601/2008.

De acordo com o artigo 2º da referida Portaria, os Coordenadores de Ações são os titulares das Unidades Administrativas de cada Tribunal. No caso deste Regional, são os seguintes:

- Diretor Geral: coordenou as ações Ampliação do Edifício Sede do TRE/AP e Ampliação do Cartório Eleitoral – no Município de Santana/AP;
- Secretária de Administração e Orçamento: coordenou a ação Gestão e Administração do Programa.
- Secretária de Gestão de Pessoas: coordenou as ações Assistência Pré-escolar, Auxílio Transporte, Auxílio-Alimentação, Capacitação de Recursos Humanos, Assistência Médica e Odontológica, Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência e Pagamento de Aposentadorias e Pensões.

Com a aprovação da Lei Orçamentária Anual – LOA/2011, foram contempladas diversas ações orçamentárias, que deram respaldo a toda estrutura organizacional deste órgão, a saber:

QUADRO PROPRIO II – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Unidad e Executo ra	Programa		Ação		
	Nº	Título do Programa	Nº	Título da Ação	LOA (R\$)*
14.128 TRE/AP			11SK	Ampliação do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá – No Município	100.000,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

0570	Gestão do Processo Eleitoral		de Macapá/AP	
		09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime Previdenciário dos Servidores Públicos Federais	3.111.187,00
		2010	Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	235.151,00
		2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	500,00
		2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	1.041.553,00
		2272	Gestão e Administração do Programa	28.176.791,17
		4091	Capacitação de Recursos Humanos	200.000,00
		2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.	650.946,00
		5439	Construção de Cartórios Eleitorais – No Município de Santana/AP	1.100.000,00
	0089			
	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	0396	Pagamento de Aposentadorias e Pensões	1.837.033,00

Fonte: SIAFI/SIGPLAN

*Lei Orçamentária Anual (+) Crédito Adicional (+) Suplementações (+) Provisões Líquidas (-) Canceladas/Remanej

II. Execução física das ações realizadas pela UJ.

As ações pertencentes aos programas em tela estão apresentadas na tabela a seguir, que também inclui as metas físicas a serem realizadas em 2012 – constante na Lei 12.595/2012-LOA/2012, com as suas respectivas metas.

QUADRO A.2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
02	122	0570	11SK			% DE	2	0	2



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
				P	3	EXECUÇÃO FÍSICA			
02	122	0570	09HB	OP	3	NA*	NA*	NA*	NA*
02	365	0570	2010	A	3	CRIANÇA ATENDIDA	50	51	47
02	331	0570	2011	A	3	SERVIDOR BENEFICIADO	10	0	6
02	306	0570	2012	A	3	SERVIDOR BENEFICIADO	149	143	150
02	122	0570	2272	A	3	NA*	NA*	NA*	NA*
02	128	0570	4091	A	3	SERVIDOR CAPACITADO	143	143	154
02	301	0570	2004	A	3	PESSOA BENEFICIADA	440	451	436
02	122	0570	5439	P	3	UNIDADE	1	0	1
09	272	0089	0396	OP	3	PESSOA BENEFICIADA	NA*	NA*	NA*

Fonte: SIGPLan, LOA/2011 e LOA/2012 (volume III);

*Não há previsão de execução física na LOA;

Análise da execução Física das ações realizadas

Através do SIGPLan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento, foi efetuado o acompanhamento físico e financeiro das ações consignadas no orçamento de 2011. Essas informações foram de essencial importância para o gerenciamento do orçamento, já que o acompanhamento mensal das metas pré-estabelecidas possibilitou um diagnóstico em relação à sua execução, permitindo correção no caso de possíveis restrições ou falha de desempenho. Vale salientar que as metas previstas para as ações relativas às despesas obrigatórias – benefícios concedidos (transporte, alimentação, pré-escolar, assistência médica e odontológica), são estipulados pela Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e são baseadas em informações que são prestadas constantemente ao Tribunal Superior Eleitoral.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

02.122.0570.11SK - Ampliação do Edifício-Sede do TRE/AP – No Município de Macapá/AP:
Percentual de execução física: 0%.

Em função dos limites de empenho e movimentação financeira impostos à Justiça Eleitoral, houve necessidade de contingenciamento de crédito na ação Ampliação do Edifício-Sede do TRE/AP, impossibilitando a execução da despesa na referida ação no primeiro semestre de 2011. O descontingenciamento ocorrido em setembro de 2011 possibilitou a realização de procedimento licitatório para a conclusão da obra, ainda no exercício de 2011, ficando o cumprimento do percentual de execução física da obra para o exercício de 2012.

02.122.0570.09HB - Contribuição da União, de suas Aut. e Fund. para o Custeio do Reg.Prev.Serv.Públicos Federais:

Não há previsão de execução física na LOA/2011.

02.365.0570.2010 - Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados:

Percentual de execução física: 102%.

Apesar de o percentual de execução física estar acima do previsto na LOA/2011, não houve prejuízo na referida ação, tendo em vista que todos os beneficiários foram atendidos. Esse aumento no quantitativo físico não representou problemas em termos orçamentários, haja vista que a execução da despesa estava consubstanciada na dotação orçamentária. Isso reflete um adequado planejamento e satisfatório gerenciamento da ação. Vale ressaltar que o montante inscrito em Restos a Pagar ocorreu em razão do Contrato de Assistência Odontológica ser pós-pago, sendo sua liquidação e pagamento no mês subsequente, por observância contratual.

02.122.0570.2011 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados

Percentual de execução física: 0%.

Não houve execução física na referida ação em virtude de ausência de solicitação do referido auxílio por parte do servidor. Observa-se que as alterações nos critérios de concessão do auxílio-transporte vêm ocasionando desinteresse dos servidores em aderir ao benefício.

02.306.0570.2012 – Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados

Percentual de execução física: 95,97%.

A ação tem como objetivo conceder auxílio-alimentação aos servidores do Regional, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados. A dotação foi suficiente e atendeu plenamente o objetivo do programa.

02.122.0570.2272 – Gestão e Administração do Programa

Não há previsão de execução física na LOA/2011.

02.128.0570.4091 – Capacitação Recursos Humanos

Percentual de execução física: 100%.

A ação atingiu plenamente a sua capacidade de execução. O planejamento realizado e a instituição do Plano Anual de Capacitação - PAC representou um avanço na estratégia do Tribunal, ao adotar um rol de prioridades de cursos, por áreas técnicas, possibilitando assim maior eficiência na efetivação da meta programada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

02.301.0570.2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Emp. e seus Dependentes.
Percentual de execução física: 102,50%.

Apesar do percentual de execução física estar acima do previsto na LOA/2011, não houve prejuízo na referida ação, tendo em vista que todos os beneficiários foram atendidos. Esse aumento no quantitativo físico não representou problemas em termos orçamentários, haja vista que a execução da despesa estava consubstanciada na dotação orçamentária. Isso reflete um adequado planejamento e satisfatório gerenciamento da ação. Em que pese a execução física ser de 102,50, o valor de reembolso de R\$ 120,00 mensal por beneficiário é insuficiente para cobrir o custo do plano de saúde, mantido pelo servidor.

02.122.0570.5439 – Construção de Cartório Eleitoral – no Município de Santana/AP.

Percentual de execução física: 0%.

Com aprovação da LOA/2011, foi iniciado o procedimento licitatório destinado à contratação de pessoa jurídica para execução dos serviços de engenharia de elaboração dos projetos, visando licitação da obra de construção do Cartório da 6ª Zona Eleitoral; a segunda fase destinou-se à realização de Licitação para execução da obra. A efetivação dos serviços demandou tempo, devido à modalidade de licitação exigida, o que postergou realização da meta física e da liquidação da despesa, obrigando a inscrição de Restos a Pagar em 2012.

09.272.0089.0396 – Pagamento de Aposentadoria e Pensões.

Não há previsão de execução física na LOA/2011.

d) Desempenho Orçamentário e Financeiro.

I. Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.3 – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Tribunal Regional Eleitoral do Amapá	14128	070029

QUADRO A.2.4 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Valores em R\$
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários	Grupos de Despesas Correntes		
	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes
	Exercícios	Exercícios	Exercícios



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		23.680.677,00	26.004.964,00			10.624.104,78	11.553.999,10
	PLOA		23.680.677,00	26.004.964,00			8.381.845,00	4.527.645,81
	LOA		23.680.677,00	26.004.964,00			8.381.845,00	9.931.263,00
CRÉDITOS	Suplementares		2.820.000,00	484.146,00			125.339,17	814.741,00
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados						130.500,00	
Outras Operações								
Total			26.500.677,00	26.489.110,00			8.376.684,17	10.746.004,00

Fonte: SIGEPRO /SIAFI .

QUADRO A.2.5 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2010	2011	2010	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	2.025.710,00	1.294.947,00				
	PLOA	311.800,00	367.106,00				
	LOA	1.511.800,00	767.106,00				
DIT OS	Suplementares	64.000,00	400.000,00				



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			1.575.800,00	1.167.106,00				

Fonte: SIGEPRO/ SIAFI.

QUADRO A.2.6 – QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA.

Valores em
R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		32.062.522,00	37.558.963,10	2.025.710,00	1.294.947,00		
	PLOA		32.062.522,00	30.532.609,81	311.800,00	367.106,00		
	LOA		32.062.522,00	35.936.227,00	1.511.800,00	767.106,00		
CRÉDITOS	Suplementares		2.945.339,17	1.298.887,00	64.000,00	400.000,00		
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados		130.500,00					
Outras Operações								



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Total	34.877.361,17	37.235.114,00	1.575.800,00	1.167.106,00		
--------------	----------------------	----------------------	---------------------	---------------------	--	--

Fonte: SIGEPRO/ SIAFI.

Nota: Crédito inicialmente contingenciado no exercício: R\$ 382.918,00; Crédito descontingenciado no exercício: R\$ 382.918,00.

QUADRO A.2.7 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	07001	02.122.0570.2272.0001	0,00	0,00	62.329,17
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Análise das Concessões e recebimento de créditos orçamentários por movimentação.

Para prover acesso aos sistemas da Justiça Eleitoral, houve necessidade de contratação de empresa para fornecer os serviços de comunicação de dados. Até o exercício de 2010, a contratação era gerenciada pelo Tribunal Superior Eleitoral, que transferiu aos Regionais a responsabilidade de gerenciamento desses serviços. Como não houve tempo hábil para constar na Proposta Orçamentária, e consequentemente na LOA/2011, houve necessidade de movimentação interna.

Devido à precária infra-estrutura de comunicação no Estado, muitas localidades dependiam de comunicação via satélite, que até 2011 era gerenciada pelo TSE, após o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

cancelamento do contrato com a operadora Via Telecom, o Superior Tribunal orientou os Regionais que utilizam a tecnologia satelital a aderir a ATA vigente do TRE/PA.

O TRE/AP recebeu crédito orçamentário do Tribunal Superior Eleitoral no montante de R\$ 62.329,17 (sessenta e dois mil e trezentos e vinte e nove reais e dezessete centavos) para prover a comunicação de dados via satélite com os Cartórios Eleitorais do interior do estado. Referida movimentação orçamentária não gerou impacto negativo para a Unidade Jurisdicionada, tendo em vista que não houve cancelamento de crédito para compensar a transação.

II - Execução Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.8 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	5.301.892,44	4.506.620,87	5.301.892,44	4.504.972,77
Convite	24.954,53	26.898,18	24.954,53	26.898,18
Tomada de Preços				
Concorrência		399.932,51		399.932,51
Pregão	4.930.315,13	3.737.278,44	4.930.315,13	3.737.226,44
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços	346.622,78	342.511,74	346.622,78	340.915,64
Contratações Diretas	582.470,17	492.740,21	582.470,17	375.047,51
Dispensa	130.620,25	245.484,22	130.620,25	142.318,69
Inexigibilidade	451.849,92	247.255,99	451.849,92	232.728,82
Regime de Execução Especial	57.788,00	16.395,00	57.788,00	16.395,00
Suprimento de Fundos	57.788,00	16.395,00	57.788,00	16.395,00
Pagamento de Pessoal	28.269.871,60	27.476.284,36	28.269.871,60	27.476.284,36
Pagamento em Folha	27.668.884,55	27.158.029,43	27.668.884,55	27.158.029,43



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Diárias	600.987,05	318.254,93	600.987,05	318.254,93
Outros	99.744,51	1.942.075,27	99.635,34	1.933.747,62

Fonte: SIAFI2010 e 2011

Nota: no campo “Pregão”, foram lançadas as despesas contratadas por essa modalidade de licitação, excluindo os valores das ARP’s contratadas nessa modalidade, as quais foram lançadas no campo próprio.

**QUADRO A.2.9 – DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS
ORIGINÁRIOS DA UJ** Valores em R\$

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1-Despesa de Pessoal	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
319011-Vencimentos e Vantagens Fixas	18.922.311,19	17.574.173,62	18.922.311,19	17.574.173,62	0,00	0,00	18.922.311,19	17.574.173,62
319092-Despesas de Exerc Anteriores	3.192.658,19	654.118,96	3.192.658,19	654.118,96	0,00	0,00	3.192.658,19	654.118,96
319113-Obrigações Patronais	2.931.553,67	3.019.333,55	2.931.553,67	3.019.333,55	0,00	0,00	2.931.553,67	3.019.333,55
Demais elementos do grupo	1.353.161,18	3.334.452,27	1.353.161,18	3.334.452,27	0,00	0,00	1.353.161,18	3.334.452,27
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
339037-Locação de m. de obra	2.945.716,77	2.070.633,29	2.828.717,81	2.070.633,29	116.998,96	0,00	2.828.717,81	2.070.633,29



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1-Despesa de Pessoal								
339039- Outros Serv Terc – PJ	2.489.525,35	1.639.690,29	2.092.009,15	1.472.818,36	397.516,20	166.871,93	2.092.009,15	1.436.578,51
339046- Auxílio alimentação	1.035.795,37	1.071.679,02	1.035.795,37	1.071.679,02	0,00	0,00	1.035.795,37	1.071.679,02
Demais elementos do Grupo	1.834.750,15	1.378.294,21	1.672.745,23	1.293.607,81	9.854,64	321.389,74	1.672.636,06	1.287.302,16

Fonte: Siafi 2010 e 2011

QUADRO A.2.10 – DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos								
449051- Obras e Instalações	1.211.183,37	434.970,01	76.190,00	434.970,01	1.134.993,37	0,00	76.190,00	434.970,01
449052- Equip. e Mat. Permanente	338.434,61	732.066,62	183.624,93	375.416,95	154.809,68	356.649,67	183.624,93	375.416,95
449039- Outros Serv. de Terc – PJ	26.173,75	0,00	23.000,00	0,00	3.173,75	0,00	23.000,00	0,00
Demais elem. do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização	-	-	-	-	-	-	-	-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1-Despesa de Pessoal	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
da Dívida								

Fonte: Siafi 2010 e 2011

Análise da Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

No exercício 2011, a UJ realizou despesas com suprimento de fundos no total de R\$-57.788,00, contra R\$-16.395,00 no exercício de 2010. Tal aumento em 2011 decorreu da concessão de suprimento de fundos para pagamento do consumo de combustíveis e lubrificantes em algumas zonas eleitorais do interior do Estado, cujos fornecedores passaram a exigir o pronto pagamento no fornecimento.

No tocante a despesas com diárias, houve um significativo acréscimo desse gasto em 2011, motivado pela intensificação das atividades da justiça itinerante e ainda pela vacância do cargo de chefe de cartório do município de Oiapoque, o que demandou o envio de servidores da sede àquele município, mediante o pagamento de diárias.

No grupo de Despesas de Pessoal, a natureza da despesa 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas representa maior expressividade de execução no exercício. O acréscimo verificado decorre da evolução normal do quadro de Pessoal da UJ, seja por nomeação ou por movimentação de suas carreiras.

Na natureza da despesa 319092 – Despesas de Exercícios Anteriores, a UJ recebeu e executou em 2011 o quantum de R\$ 3.192.658,19, contra R\$ 654.118,96 no exercício de 2010. Tais valores se destinaram ao pagamento de quintos incorporados por servidores Ativos e Inativos.

Ainda em 2011, a UJ recebeu recursos próprios para realização de obras no total de R\$- 1.211.183,37. Desse valor, inscreveu em Restos a Pagar não processado o quantum de R\$-1.134.993,37, sendo a sua quase totalidade destinada à construção do cartório eleitoral da 6ª Z.E no município de Santana.

Dentre os fatores que dificultaram a execução desse valor no próprio exercício, citamos:

a) Dificuldades na disponibilização de terreno em local apropriado para o desempenho das atividades da Justiça Eleitoral;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

- b) Burocracia na legalização do terreno;
- c) Inexistência de engenheiro no quadro de servidores da UJ, o que demandou a contratação privada de serviço de engenharia para realização dos atos necessários a constituição do processo licitatório.

Como evento negativo na execução orçamentária, pode-se citar a frustração da receita da União, no Primeiro Bimestre de 2011, impondo contingenciamento a este órgão no montante de R\$ 382.918,00 (trezentos e oitenta e dois mil e novecentos e dezoito reais) nas ações Gestão e Administração do Programa (R\$ 182.918,00) e Ampliação do Edifício-Sede do TRE/AP (R\$ 100.000,00), exigindo eleição de prioridades como solução para executá-las com segurança, eficiência e rapidez com custos operacionais reduzidos. Referidos valores foram descontingenciados no segundo semestre, permitindo a retomada do programado para o exercício.

Das modalidades de licitação adotadas, o pregão eletrônico foi a mais utilizada, representando 93% das licitações realizadas. Esse procedimento demonstrou maior eficiência na gestão pública, representando um fator primordial para a superação da meta de redução das perdas orçamentárias verificadas em anos anteriores.

Constatou-se também um decréscimo de 46% em relação ao exercício de 2010, nas contratações diretas por Dispensa de Licitação (Despesas Liquidadas), demonstrando otimização de procedimentos usados na realização da despesa deste Tribunal.

Do total consignado a este Regional (Dotação Final – R\$ 36.453.161,17), houve execução de 99,69% da despesa (Despesas Empenhadas), elevando este Tribunal ao primeiro lugar em desempenho orçamentário no ranking da Justiça Eleitoral.

Dessa forma, a execução orçamentária foi aprimorada, alcançando níveis mais gerenciais à medida que se aprimoraram os três níveis de decisão: o estratégico – através de definição de prioridades que orientaram as ações durante o exercício financeiro, o administrativo – definindo os itens de gasto e o orçamentário – definindo-se valores. Consequentemente, o planejamento se transformou em instrumento de tomada de decisões para o alcance dos objetivos e metas físicas e financeiras, consubstanciadas nas ações administrativas para o cumprimento das estratégias.

A participação de todos os setores que compõem a Secretaria do Tribunal e Zonas Eleitorais na gestão das ações foi de suma importância, isto porque o comprometimento de todos no processo de elaboração da Proposta Orçamentária, bem como no controle e execução da Lei Orçamentária Anual viabilizou projetos voltados à satisfação dos interesses da coletividade, na medida em que buscou alcançar os objetivos previamente estabelecidos e permitiu uma execução de forma equilibrada dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Tribunal.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

2.4.4.3 .Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	0,00	1.277.169,54	0,00	700.082,08
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa		118.740,84		64.309,22
Inexigibilidade		253.755,57		222.363,66
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos		661.710,02		661.710,02
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha		1.856.329,00		1.854.473,26
Diárias		897.975,74		897.975,74
Outras		461.439,21		452.567,21

Fonte: SIAFI

2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
319016	0,00	1.848.514,98	0,00	1.848.514,98	0,00	1.855,74	0,00	1.846.659,24
319113	0,00	1.814,02	0,00	1.814,02	0,00	0,00	0,00	1.814,02
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3- Outras Despesas Correntes								
339014		511.565,59	0,00	511.565,59	0,00	0,00	0,00	511.565,59
339015		386.410,15	0,00	386.410,15	0,00	0,00	0,00	386.410,15
339030		949.040,46	0,00	949.040,46	0,00	140.981,88	136.790,65	808.058,58
339032		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339033		6.980,58	0,00	6.980,58	0,00	0,00	0,00	6.980,58
339036		257.646,57	0,00	257.646,57	0,00	0,00	0,00	257.646,57
339037		6.943,23	0,00	6.943,23	0,00	0,00	0,00	6.943,23
339039	62.329,17	856.199,32	0,00	856.199,32	62.329,17	484.893,44	290.790,09	371.306,32
339047		31.377,54	0,00	31.377,54	0,00	0,00	0,00	31.377,54
339048		169.380,00	0,00	169.380,00	0,00	0,00	0,00	169.380,00
339092		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339093		26.112,00	0,00	26.112,00	0,00	11.368,00	4.896,00	14.744,00

Fonte: SIAFI

2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

R. Não houve créditos recebidos por movimentação em Despesa de Capital.

Análise da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Os valores recebidos por movimentação foram inscritos em Restos a Pagar não processados.

III. Indicadores Institucionais.

a) Indicadores de gestão

QUADRO PRÓPRIO III- INDICADORES DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Tema	Prestação Jurisdicional
Indicador	Índice de julgamento de processos de conhecimento (Meta 3 do CNJ)
Descrição	Julgar quantidade igual a de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal.
O que mede	Relação entre total de processos baixados e o de processos distribuídos em 2011
Para que medir	Avaliar a prestação jurisdicional
Quem mede	Secretaria Judiciária e Corregedoria Regional Eleitoral (Zonas Eleitorais)
Quando medir	Acompanhamento mensal e compilação dos dados colhidos até 31/12/2011.
Como medir	$(N^{\circ} \text{ total de processos de conhecimento criminais até então não julgados na instância que, no mês de referência, receberam primeiro ou único julgamento em 2011} + N^{\circ} \text{ total de processos de conhecimento não criminais até então não julgados na instância que, no mês de referência, receberam primeiro ou único julgamento em 2011}) / (N^{\circ} \text{ total de processos de conhecimento criminais novos distribuídos no mês de referência} + \text{Número total de processos de conhecimento não criminais novos distribuídos no mês de referência}) \times 100$
Meta	A meta estará cumprida se os julgamentos corresponderem à quantidade de processos distribuídos até 31.12.2011 e, no mínimo, mais 1, ou seja, o índice deve ser maior ou igual a 100%.
Resultado	192,90%
Conclusão	Dos processos de conhecimento distribuídos em 2011 e mais parcela de estoque, foram julgados até 31 de dezembro de 2011 o equivalente a 192,90% da meta. Resultado avaliado como Excelente, pois representou quase o dobro da expectativa.
Tema	Prestação Jurisdicional

QUADRO PRÓPRIO IV - INDICADOR SOCIO AMBIENTAL

Tema	Socioambiental
Indicador	Índice de Consumo de Papel no TRE/AP
Descrição	Racionalização do uso de papel
O que mede	O consumo de papel na Justiça Eleitoral do Amapá tendo como parâmetros os anos de 2009 e 2011 (anos não eleitorais)
Para que medir	Uma das ações destinadas a adequar o tribunal as novas diretrizes previstas no Lei nº 12.187/09 - Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC.
Quem mede	Coordenadoria de Material e Patrimônio



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Quando medir	Final do ano de 2011.
Como medir	Relação entre o consumo de papel em 2009 e o consumo de papel em 2011. Não foi utilizado como referência o ano de 2010 por ter ocorrido Eleições, o que aumenta significativamente o consumo de material.
Meta	Diminuir em cerca de 12% utilização de papel no âmbito do TRE/AP.
Resultado	Em 2011, foram utilizadas 1.357 resmas, evidenciando uma diminuição de 14,97% no consumo de papel em relação a 2009 (1.596 resmas)
Conclusão	A adoção de medidas como a utilização de frente e verso das folhas sempre que possível, preferência por email para comunicação interna e externa, limitação de extração de cópias reprográficas ou impressão de material só em caso da real necessidade, criação de formulários digitais para requerimentos, solicitação de diárias, benefícios e de alguns desburocratização de procedimentos, possibilitaram o êxito da ação, superando em cerca de 2,97% a meta estabelecida.
Tema	Socioambiental
Indicador	Fortalecer a cidadania de crianças e adolescentes na faixa etária de 10 a 15 anos que estejam freqüentando a rede escolar de ensino.
Descrição	Através de ações mais abrangentes, levar a consciência política a um número cada vez maior de crianças e jovens do Estado
O que mede	A relação entre pessoas beneficiadas com o programa em 2010 e 2011
Para que medir	Verificar a evolução e alcance do Programa
Quem mede	Escola Judiciária Eleitoral
Quando medir	Final do Ano (2011)
Como medir	$(N^{\circ} \text{ de crianças e jovens atendidos em 2011} / N^{\circ} \text{ de crianças e jovens atendidos em 2010}) \times 100$
Meta	Manter média de jovens atendidos entre 2009 e 2010, cerca de 9.030 jovens.
Resultado	5.100 Jovens Atendidos
Conclusão	Resultado insatisfatório. A ação do programa ficou prejudicada em virtude da deflagração de greve dos professores da rede de ensino estadual.

b) Indicadores Orçamentários

PROGRAMA: 0570 – Gestão do Processo Eleitoral

Ação: 11SK: Ampliação do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá.

Metas físicas e financeiras previstas

Meta física: 2% (percentual de execução física da obra)

Meta financeira: R\$ 100.000,00

Dados conforme o SIGPLAN

Metas físicas e financeiras realizadas

Meta física realizada: 0 %

Meta financeira realizada: não houve execução financeira.

Dados conforme o SIGPLAN



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Indicadores de desempenho

O percentual de execução física da obra foi o indicador assumido para verificar a eficácia da ação.

Fórmula de cálculo e método de medição:

$$Ef = Re * 100 / Pr$$

Onde:

Ef = Eficácia (percentual de execução física da obra)

Re = Realizado (percentual de execução física da obra)

Pr = Previsão (percentual de execução física da obra)

Assim:

$$Ef = 0 * 100 / 2$$

$$Ef = 0\%$$

Análise do desempenho

Em função dos limites de empenho e movimentação financeira impostos à Justiça Eleitoral, houve necessidade de contingenciamento de crédito na ação Ampliação do Edifício-Sede do TRE/AP, impossibilitando a execução da despesa na referida ação no primeiro semestre de 2011. O descontingenciamento ocorrido em setembro de 2011 possibilitou a realização de procedimento licitatório para a conclusão da obra, ainda no exercício de 2011, ficando o cumprimento do percentual de execução física e financeira da obra para o exercício de 2012.

Ação: 09HB: Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime Previdenciário dos Servidores Públicos Federais.

Metas físicas e financeiras previstas

Meta física: não há previsão de execução física prevista na LOA

Meta financeira: R\$ 3.111.187,00 (LOA + Crédito Adicional)

Dados conforme o SIGPLAN

Metas físicas e financeiras realizadas

Meta física realizada: não há previsão de execução física prevista na LOA

Meta financeira realizada: R\$ 3.010.426,93



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Dados conforme o SIGPLAN

Análise do desempenho

O resultado acima exposto indica que houve 96,76 % de execução financeira, atingindo os objetivos propostos na Lei Orçamentária Anual e Créditos Adicionais.

Ação: 2011 - Auxílio pré-escolar:

O Tribunal Superior Eleitoral, através da Resolução TSE nº 23.116/2009, estabelece os parâmetros para o pagamento de assistência pré-escolar, por meio de auxílio pré-escolar, aos dependentes dos servidores.

No ano de 2011 o TRE/AP planejou atender com o auxílio pré-escolar 50 crianças com até cinco anos, fossem dependentes de servidores efetivos, cedidos, comissionados ou requisitados. Entretanto, foram atendidas 51 crianças, em virtude de novos ingressos de servidores com beneficiários.

Assim, utilizou-se como indicador de desempenho o número de 51 crianças beneficiadas com o auxílio pré-escolar.

II.I- Fórmula de cálculo e método de medição:

$$Ef = Re \times 100 / Pr$$

Onde:

Ef = Eficácia (percentual de crianças contempladas)

Re = Realizado (verificação dos beneficiários que foram contemplados)

Pr = Previsão (previsão física de beneficiários a serem contemplados)

Assim:

$$Ef = 51 \times 100 / 50$$

$$Ef = 102\%$$

Análise do desempenho

Conforme análise pode-se detectar que todos os servidores que solicitaram auxílio pré-escolar aos seus dependentes, com o perfil pré-estabelecido pela resolução, foram contemplados. Nenhuma criança ficou fora da ação.

Ação: 2011 - Auxílio transporte



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

No ano de 2011 o TRE-AP não teve beneficiados na ação auxílio-transporte, pois nenhum servidor requereu o benefício.

Ação: 2011 - Auxílio Alimentação:

O Tribunal Superior Eleitoral, através da Resolução nº 22.071, de 22 de setembro de 2005, concede aos servidores da justiça eleitoral o pagamento de auxílio-alimentação, na proporção de dias úteis trabalhados.

Em 2011 o TRE-AP planejou atender 149 servidores com o auxílio alimentação. Até o mês de dezembro do ano em comento, 143 servidores foram efetivamente beneficiados.

Utilizou-se como indicador de desempenho o número de 143 servidores beneficiados com o auxílio-alimentação.

II.I- Fórmula de cálculo e método de medição:

$$Ef = Re \times 100/Pr$$

Onde:

Ef = Eficácia (percentual de servidores contempladas)

Re = Realizado (verificação dos beneficiários que foram contemplados)

Pr = Previsão (previsão física de beneficiários a serem contemplados)

Assim:

$$Ef = 143 \times 100 / 149$$

$$Ef = 95,97\%$$

Análise do desempenho

Conforme análise pode-se detectar que todos os servidores que solicitaram auxílio, com o perfil pré-estabelecido pela resolução, foram contemplados. Nenhum servidor ficou fora da ação.

Ação: 0396 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões

Até dezembro de 2011, quatro servidores do TRE/AP foram aposentados. Todos os processos

foram encaminhados à unidade de controle interno e remetidas ao órgão de controle externo, conforme geração do SisacNet.

Meta física prevista no SIGPLAN: 04 servidores

Meta física realizada: 04 servidores



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Utilizou-se como indicador de desempenho o número de servidores aposentados.

II.I- Fórmula de cálculo e método de medição:

$$Ef = Re \times 100/Pr$$

Onde:

Ef = Eficácia (percentual de servidores contempladas)

Re = Realizado (verificação dos beneficiários que foram contemplados)

Pr = Previsão (previsão física de beneficiários a serem contemplados)

Assim:

$$Ef = 4 \times 100 / 4$$

$$Ef = 100\%$$

Análise do desempenho

Todos os servidores aposentados perceberam em 2011 o valor proporcional à aposentadoria. No que se refere às pensões, este Regional não apresentou até 2011 casos dessa natureza.

Ação: 0396 – Capacitação de Recursos Humanos

Para oferecer à Administração critérios mais objetivos para balizar a decisão sobre como capacitar os servidores, a COEDE deu continuidade ao trabalho de prover um planejamento ao Programa de Capacitação deste Tribunal. Para isto, realizou-se o V Levantamento Anual de Necessidades de Qualificação da Justiça Eleitoral do Amapá. O levantamento foi realizado durante o mês de fevereiro de 2011, visando o planejamento das ações de capacitação para o mesmo exercício. Uma equipe da COEDE visitou as unidades do TRE-AP nas quais era, inicialmente, explicado o método de condução do levantamento, em seguida, após uma discussão entre os componentes da unidade, eram listadas as temáticas de capacitação conforme sua ordem de prioridade. Após o estabelecimento das prioridades apontadas pelas diversas unidades foi encaminhado ao Comitê de Gestão Estratégica o relatório com as prioridades de capacitação das unidades, o qual foi apreciado e aprovado pelo referido Comitê, observando alguns ajustes visando alinhar a condução da capacitação com a estratégia do Tribunal. Por fim, foi aprovado pelo Presidente do TRE/AP, sendo instituído o Plano Anual de Capacitação. A COEDE proporcionou aos servidores alcançados pelo artigo 5º, §3º da Lei n. 11.416/2006 (Coordenadores, secretários



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

titulares e, ainda, alguns de seus substitutos, além de membro de comissões e grupos de trabalho) curso de desenvolvimento gerencial, cumprindo, assim, a demanda exigida. Também foi ofertado evento de capacitação a todos os agentes de segurança, também cumprindo disposição legal (Lei n. 11.416/2006, art. 17, §3º)

Metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária e registradas no SIGPLAN, quando aplicável, e/ou pactuadas com o supervisor ministerial para o período sob exame nas contas.

Metas físicas e financeiras previstas.

Meta física: 475 servidores

Meta financeira: R\$ 200.000,00

Dados conforme o SIGPLAN

Metas físicas e financeiras realizadas.

Meta física realizada: 442 servidores (93,05% de execução)

Meta financeira realizada: R\$ 199.685,30 (100% de execução)

Dados conforme o SIGPLAN

Indicadores de desempenho

O número de servidores capacitados foi o indicador assumido para verificar a eficácia da ação.

Fórmula de cálculo e método de medição:

$$Ef = Re \times 100 / Pr$$

Onde:

Ef = Eficácia (percentual de servidores capacitados)

Re = Realizado (verificação do número de oportunidades de capacitação)

Pr = Previsão (previsão física de servidores que deveriam ser capacitados)

Assim:

$$Ef = 442 * 100 / 475$$



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Ef = 93,05%

Análise do desempenho

O resultado é positivo no sentido de que foram criadas várias oportunidades de capacitação para os servidores. O grande avanço foi à instituição do Plano Anual de Capacitação aprovado no início do exercício, o que facilitou a plena execução das demandas, oportunizando a todas as unidades a capacitação de seus servidores.

Ação: 0396 A - Programa de Estágio (estagiários)

O Programa de Estágio deste Tribunal visa proporcionar aos acadêmicos que tenham cursado 50% do curso de graduação, aos estudantes do ensino médio profissionalizante e do ensino médio normal, a complementação acadêmica através de atividades profissionais e socioculturais.

Ação: 0396 B - Programa Auxílio-Bolsa de Estudos para os Cursos de Graduação, Pós-Graduação e Língua Estrangeira

O objetivo do programa é oferecer aos servidores efetivos do TRE/AP capacitação por meio da concessão de auxílio-financeiro em 50% do valor da mensalidade e taxa de matrícula para os cursos de graduação, pós-graduação e língua estrangeira.

Obs.: Ação “B” faz parte do Programa de Capacitação de Recursos Humanos

Ação A: O Programa de Estágio deste Tribunal visa proporcionar aos acadêmicos que tenham cursado 50% do curso de graduação, alunos do ensino profissionalizante e do ensino médio normal a complementação acadêmica através de atividades profissionais e socioculturais. Os acadêmicos desenvolvem seus estágios na Sede do Tribunal e nas Zonas Eleitorais da capital e do interior. O programa dispõe de 25 (vinte e cinco) vagas para ensino superior e 10 (dez) vagas para o ensino médio. O valor do auxílio-bolsa é de R\$ 390,00 e do auxílio-transporte é de R\$ 100,00. Ainda, temos o custo com o agente de integração, sendo 8,98% sobre o valor do auxílio-bolsa. O orçamento destinado para custeio com as despesas do programa foi de R\$ 170.000,00, sendo executados 92,95%.

Ação B: O programa de auxílio-bolsa de estudos tem por objetivo custear aos servidores efetivos deste Regional 50% da mensalidade e da taxa de matrícula dos cursos de graduação, pós-graduação e de línguas estrangeiras. No ano de 2011 tivemos 16 (dezesesseis) beneficiários do programa entre os cursos de graduação, pós-graduação e línguas estrangeiras. Não foram abertas novas inscrições. O orçamento inicial para custeio do programa foi de R\$ 70.000,00. Entretanto, deste valor foi remanejando R\$ 33.000,00 para custear despesas com capacitação de servidores em



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

curios e treinamento, ficando o valor final de R\$ 37.000,00 para as despesas com Programa de Auxílio-Bolsa, sendo executado 77,19%.

Considerando os detalhamentos apresentados nos tópicos abaixo, pode-se considerar que todos os objetos foram satisfatoriamente atingidos.

Ação A:

Metas físicas e financeiras previstas

Meta física: 35 vagas

Meta financeira: R\$ 170.000,00

Metas físicas e financeiras realizadas

Meta física realizada: 35 vagas (100% de execução)

Meta financeira realizada: R\$ 158.018,02 (92,95% de execução)

Indicadores de desempenho

Para o programa de estágio assumiu-se como indicador de desempenho o número de vagas ofertadas para o ano de 2011.

Análise do desempenho

O número de vagas ofertadas para o ano de 2011 foi o indicador assumido para verificar a eficácia da ação e percebemos que se atingiu 100% da meta física.

Ação B:

Metas físicas e financeiras previstas

Meta física: 16 servidores beneficiários

Meta financeira: R\$ 37.000,00

Metas físicas e financeiras realizadas

Meta física realizada: 16 servidores beneficiários (100% de execução)

Meta financeira realizada: R\$ 28.562,93 (77,19% de execução)

Indicadores de desempenho



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Para as ações de capacitação assumiu-se como indicador de desempenho o número de servidores capacitados.

Análise do desempenho

O número de servidores capacitados foi o indicador assumido para verificar a eficácia da ação e percebemos que se atingiu 100% da meta física.

Ação: 0570: Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e seus Dependentes.

São beneficiários das atividades acima descritas os servidores e seus dependentes. Esse programa tem como objetivo geral promover assistência à saúde aos servidores e dependentes do TRE-AP. Especificamente, o programa em comento buscou: Proporcionar assistência médica por meio do Plano de Saúde (UNIMED); Proporcionar assistência odontológica por meio do Plano Odontológico (UNIODONTO); Fornecer atendimento médico-ambulatorial; Promover ações educativas (V Semana da Saúde, palestras educativas e orientações ambulatoriais, Minuto Saúde, Coluna Bem-Estar e Saúde da Revista Eletrônica dos Servidores); Acompanhar o Programa de Distribuição Gratuita de Preservativos; Promover campanhas de vacinação e Oferecer serviço psicológico emergencial (Plantão Psicológico).

Considerando os detalhamentos apresentados nos tópicos abaixo, pode-se considerar que todos os objetos foram satisfatoriamente atingidos.

Metas físicas e financeiras previstas

Meta física: 440

Meta financeira (valor da dotação anual): R\$ 650.946,00

Dados conforme o SIGPLAN/SIAFI

Metas físicas e financeiras realizadas

Meta física realizada: 451 (100,2% de execução)

Meta financeira realizada: R\$ 646.404,00 (99,3% de execução)

Dados conforme o SIGPLAN/SIAFI

Indicadores de desempenho

No que se referem às ações de assistência médica e odontológica que envolveu dispêndio de recursos financeiros com o pagamento dos planos médico e odontológico, assumiu-se como indicador de desempenho o número de servidores e dependentes que foram contemplados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

O número de servidores e dependentes, contemplados com os planos médico e odontológico, foi o indicador assumido para verificar a eficácia da ação.

Fórmula de cálculo e método de medição:

$$Ef = Re * 100 / Pr$$

Onde:

Ef = Eficácia (percentual de beneficiários contemplados)

Re = Realizado (verificação dos beneficiários que foram contemplados)

Pr = Previsão (previsão física de beneficiários a serem contemplados)

Assim:

$$Ef = 451 * 100 / 440$$

$$Ef = 102,5\%$$

Análise do desempenho

O resultado acima exposto indica que houve a contemplação de todos aqueles beneficiários que haviam sido previstos, além de alguns beneficiários que se apresentaram ao longo do ano, tais como os dependentes dos novos servidores que ingressaram ao final do 2º semestre. A variável trabalhada é bastante dinâmica, pois ocorrem inclusões e exclusões de beneficiários mensalmente. Em termos financeiros esse aumento no quantitativo físico não representou problemas, haja vista que até remanesceu uma pequena quantia ao final do exercício. Isso reflete um adequado planejamento e satisfatório gerenciamento da ação.

É necessário, contudo, pontuar que se observou uma sobra financeira que foi inscrita em “Restos a Pagar”. Isso ocorre em razão do Plano Odontológico (Uniodonto-Macapá) ser pós-pago e a sua liquidação e pagamento só poderem ocorrer, por observância contratual, no mês subsequente.

Não se observaram, portanto, disfunções que viessem a gerar impedimentos na consecução dos objetivos assumidos.

3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

De acordo com declaração da Contadora Responsável do Órgão, não há saldo e não ocorreu movimentação na conta contábil 2.1.2.1.1.11.00 – Fornecedores por Insuficiência de Crédito/Recurso e em nenhuma outra conta que configure constituição de passivos de mesma natureza, no período de janeiro a dezembro de 2011, conforme Quadro abaixo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

**QUADRO A.3.1 – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA
DE CRÉDITOS OU RECURSOS**

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
		Passivos por Insuficiência de Crédito/Recurso			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2010	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2011
		0,00	0,00	0,00	0,00
Razões e Justificativas: Não existe registro contábil para a UJ em nenhuma das seguintes contas do SIAFI: 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00					

Fonte: SIAFI 2011

4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

**QUADRO A.4.1 – SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS
ANTERIORES**

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	39.069,95	0,00	39.069,95	0,00
2009	90.614,72	0,00	90.614,72	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	1.266.579,69	268.192,76	997.646,93	740,00
2009	835.159,30	170.621,02	664.538,28	0,00
Observações:				



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Os cancelamentos de RP não processados em 2011 totalizaram R\$-438.813,78. Aproximadamente 52% desses cancelamentos decorreram de inexecução contratual (2009NE000291 e 2010NE00793/794).

Fonte: SIAFI 2010 e 2011

Análise dos Restos a Pagar

No que diz respeito aos restos a pagar, o quadro evidencia a seguinte situação:

- Para os Restos a Pagar Processados

- a) Em 31/12/2011 foi zerado o estoque de RP processados provenientes dos exercícios de 2009 e 2010;
- b) Os valores de RP processados do exercício de 2009 e 2010 foram executados em sua integralidade, sem cancelamentos.

- Para os Restos a Pagar Não Processados

Em 2011, a UJ executou RP não processados dos exercícios 2009 e 2010, quase zerando o seu estoque. Da administração do montante inscrito (R\$-2.101.738,99), foi cancelado o quantum de R\$-438.813,78 e pago R\$-1.662.185,21, sobrando R\$-740,00 cuja execução não ocorreu em razão de a empresa contratada não ter enviado a Nota Fiscal correspondente ao serviço realizado.

Os cancelamentos de RP não processados corresponderam a aproximadamente 21% dos valores inscritos e se devem a quebra de contratos e também a sobras de empenhos estimativos cujo valor exato da despesa só foi possível conhecer no exercício seguinte.

Para evitar perdas significativas esta UJ vem adotando a prática de treinamento aos fiscais de contratos, bem como fortalecendo a sua unidade de Gestão de Contratos, e controle, mensalmente, dos pagamentos aos contratados.

5. Informações sobre recursos humanos da unidade, contemplando as seguintes perspectivas:

a) Composição do quadro de servidores ativos.

QUADRO A.5.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)				



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	121	119		2
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		2		
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		20		
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Total de Servidores (1+2)				

QUADRO A.5.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	1
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	
3.1. De ofício, no interesse da Administração	
3.2. A pedido, a critério da Administração	3
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	5



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	
4.1. Doença em pessoa da família	
4.2. Capacitação	
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2. Serviço militar	
5.3. Atividade política	
5.4. Interesses particulares	
5.5. Mandato classista	
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	

Fonte:

**QUADRO A.5.3 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES
GRATIFICADAS DA UJ - SITUAÇÃO EM 31/12**

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	22			
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		14	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		2	0	0
1.2.4. Sem vínculo		6	0	0
1.2.5. Aposentados				
2. Funções gratificadas				



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)				

Fonte

QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	19	45	51	18	2
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	3	1	2	2
2.3. Funções gratificadas	1	2	5	3	-
3. Totais (1+2)					

QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira					41	45	48		1
1.3. Servidores com Contratos Temporários									



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. <i>Cargos de Natureza Especial</i>									
2.2. <i>Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>						7	2		
2.3. <i>Funções gratificadas</i>					4	6	1		
3. Totais (1+2)									

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

b) Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

QUADRO A.5.6 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS –SITUAÇÃO EM 31/12

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral		
1.1 Voluntária	1	
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente	2	
1.4 Outras		
2. Proporcional		
2.1 Voluntária	1	
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

3. Totais (1+2)		
-----------------	--	--

Fonte

QUADRO A.5.7 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado		
1.1. Integral	0	
1.2. Proporcional	0	
2. Em Atividade		
3. Total (1+2)		

Fonte:

c) Composição do quadro de estagiários.

QUADRO A.5.8 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1 Nível Superior					
1.1 Área Fim	25	25	25	25	115.288,25
1.2 Área Meio					
2 Nível Médio					
1.1 Área Fim					



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

1.2 Área Meio	10	10	10	10	31.079,10
---------------	----	----	----	----	-----------

Obs.: Foi desembolsado o valor R\$ 11.650,67 com o agente de integração.

d) Custos associados à manutenção dos recursos humanos.

QUADRO A.5.9 – QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES
Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios		Venci- mentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retri- buições	Gratifi- cações	Adicio- nais	Indeniza- ções	Benefícios Assistenciais e previden- ciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011			1.507.304		48.324			20.760		1.576.388
	2010			2.077.759		49.013					2.126.772
	2009			1.516.513		58.668					1.575.181
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	3.843.596		417.138	810.288	837.085	221.119		978.002		7.107.228
	2010	3.695.766		416.306	779.124	321.891	279.987		408.915		5.901.989
	2009	4.068.867		406.092	158.973	163.109	272.862		443.121		5.513.024
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	153.575		12.791	4.335				27.732		198.433
	2010	129.208		10.749	3.583				15.407		158.947
	2009	141.638		10.792	3.597				15.272		171.299
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	1.882.321	1.920.948	343.982	712.723	425.032	132.404		372.075		5.789.485
	2010	1.726.900	1.892.560	336.249	678.784	189.574	143.297		169.125		5.136.489
	2009	1.867.629	1.897.436	324.624	133.152	113.352	139.242		153.113		4.628.548
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	3.255.115	2.266.649	593.434	995.044	498.015	178.423		692.318		8.478.998
	2010	2.972.708	2.222.205	581.799	990.587	263.754	199.480		314.690		7.545.223
	2009	2.956.977	2.205.719	582.696	211.195	157.707	194.009		331.224		6.639.527



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Fonte: Folha de Pagamento/SIAFI

e) Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.

QUADRO A.5.9 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
<i>Analista Judiciário – Especialidade Engenharia</i>	01			01	00
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
O único servidor efetivo, ocupante do cargo típico da categoria funcional do plano de cargos e salários como Analista Judiciário – Especialidade Engenharia, foi removido em maio/2011, a pedido, para acompanhar cônjuge, nos termos do art. 36, III, “a”, da Lei 8.112/90.					

QUADRO A.5.10 – RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa
-	-	-

QUADRO A.5.11 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores		Quantidade autorizada de servidores
	Número	Data	
-	-	-	-

QUADRO A.5.12 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Unidade Contratante													
Nome: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ													
UG/Gestão:							CNPJ: 34.927.343/0001-18						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	004/2008	03.110.313/00 01-90	1º/03/20 08	31/05/20 12	38	27		10		1	P
Observações:													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Unidade Contratante													
Nome: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ													
UG/Gestão:							CNPJ: 34.927.343/0001-18						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	05/2011	08.531.731/00 01-75	10/04/20 11	09/04/20 12	50	44		06			A
Observações:													
LEGENDA													



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Unidade Contratante													
Nome: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ													
UG/Gestão:							CNPJ: 34.927.343/0001-18						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	4	O	06/2011	03.110.313/001-90	08/04/2011	07/04/2012			21	18		03	A
Observações:													
LEGENDA													
Área: 1. Conservação e Limpeza; 2. Segurança; 3. Vigilância; 4. Transportes; 5. Informática; 6. Copeiragem; 7. Recepção; 8. Reprografia; 9. Telecomunicações; 10. Manutenção de bens móveis 11. Manutenção de bens imóveis 12. Brigadistas 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 14. Outras							Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.						

Fonte:

QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante
Nome: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

UG/Gestão:					CNPJ: 34.927.343/0001-18									
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
							F		M		S			
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2008	6	O	004/2008	03.110.313/0001-90	1º/03/2008	31/05/2012	02			02			P	
Observações:														
Unidade Contratante														
Nome: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ														
UG/Gestão:					CNPJ: 34.927.343/0001-18									
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
							F		M		S			
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2008	11	O	004/2008	03.110.313/0001-90	1º/03/2008	31/05/2012	01			01			P	
Observações:														
Unidade Contratante														
Nome: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ														
UG/Gestão:					CNPJ: 34.927.343/0001-18									
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
							F		M		S			
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

2011	14	O	07/2011	03.110.313/0 001-90	11/04/20 11	10/04/20 12	01	01					A
Observações:													

f) Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.

Para avaliação gerencial dos Recursos Humanos do TRE-AP são considerados indicadores para o Absenteísmo; o Perfil Etário; a Rotatividade (*turnover*); a Formação Acadêmica; a Disciplina; os Níveis Salariais; e a Satisfação dos Servidores. A seguir serão apresentadas as descrições de cada indicador e, ao fim, procedida uma análise crítica geral dos mesmos.

I – ABSENTEÍSMO

QUADRO PRÓPRIO V- ABSENTEÍSMO

Principais Ausências	
Licença para tratamento da própria saúde	
Total de servidores	74
Total de períodos de afastamento	172
Total de dias	795
Dias/Afastamento	
Licença Gestante	
Total de servidores	2
Total de períodos de afastamento	180
Total de dias	360
Dias/Afastamento	
Licença para tratar de interesses particulares	
Total de servidores	1
Total de períodos de afastamento	1
Total de dias	326
Dias/Afastamento	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

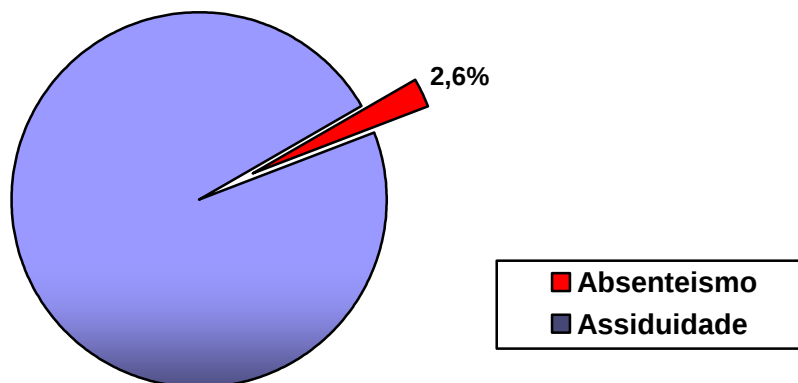
Licença capacitação	
Total de servidores	1
Total de períodos de afastamento	3
Total de dias	20
Dias/Afastamento	
Licença paternidade	
Total de servidores	2
Total de períodos de afastamento	5
Total de dias	10
Dias/Afastamento	
Licença premio por assiduidade	
Total de servidores	-
Total de períodos de afastamento	-
Total de dias	-
Dias/Afastamento	-

Análise

- * Total de servidores no TRE-AP até 31.12.2011 = 159
- * Total de dias afastados no ano = 1511
- * Taxa de Absenteísmo = 2,6%. Pode ser considerada baixa



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO



Memória de cálculo:

Qd = Quantidade Total de Dias = Total de servidores (159) x 365 dias no ano = 58.035 dias

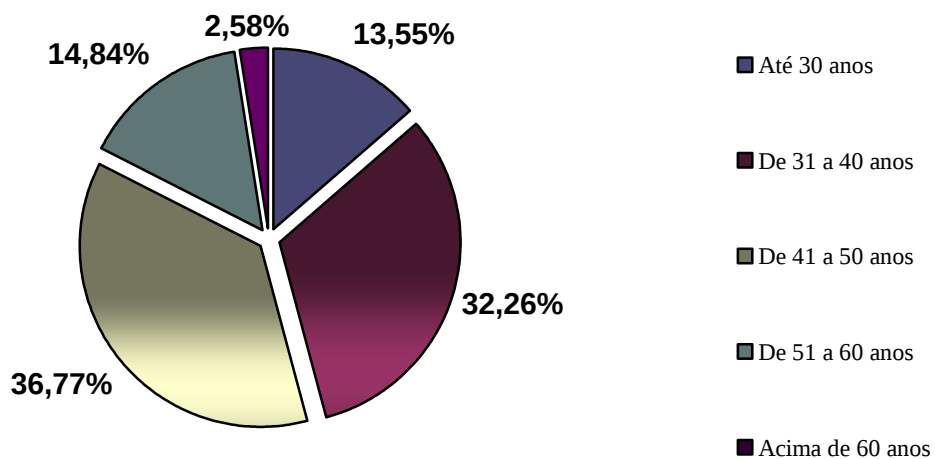
Daf = Dias de Afastamento = 1.511

TxAbs = Taxa de Absenteísmo

$TxAbs = Daf \times 100 / Qd \rightarrow TxAbs = 1.511 \times 100 / 58.035 \rightarrow TxAbs = 2,6\%$

II – PERFIL ETÁRIO

Descrição:





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Idade média = 40,9 anos ($DP = 8,8$)

Idade mínima = 24 anos

Idade máxima = 68 anos

Análise:

Servidores, em sua maioria, na meia idade.

III – ROTATIVIDADE (TURNOVER)

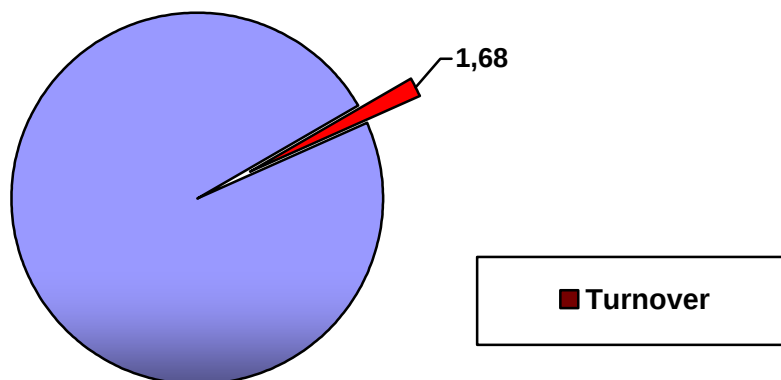
Descrição: servidores efetivos regidos pela Lei 8.112:

*Total de servidores efetivos (em 31 de Dezembro/2011) = 119

* Ingressos de efetivos = 0

* Saídas de efetivos = 02

* Taxa de Rotatividade = 1,68%



Memória de cálculo:

Tserv = Total de Servidores = 119

Sai = Total de saídas = 02

TxR = Taxa de Rotatividade

$TxR = Sai \times 100 / Tserv \rightarrow TxR = 2 \times 100 / 119 \rightarrow TxR = 1,68\%$

Descrição: ocupantes de Cargos/Função



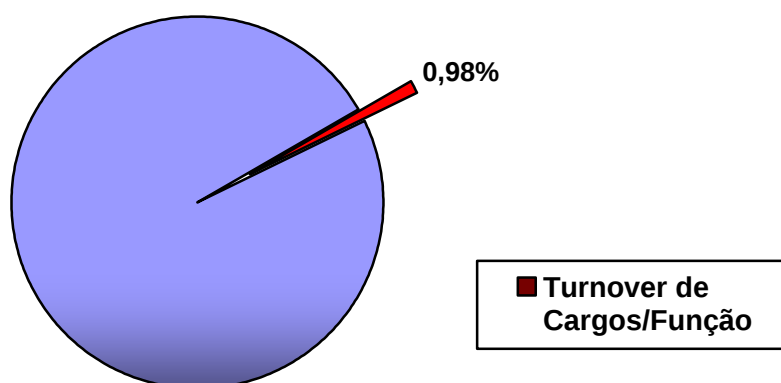
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

* Total de servidores ocupantes de Cargos/Funções (em até Dezembro/2011) = 102

* Ingressos de ocupantes de cargos/funções = 0

* Saídas de ocupantes de cargos/funções = 1

* Taxa de Rotatividade = 4,9%



Memória de cálculo:

Tserv = Total de Servidores = 102

Sai = Total de saídas = 1

TxR = Taxa de Rotatividade

$TxR = Sai \times 100 / Tserv \rightarrow TxR = 1 \times 100 / 102 \rightarrow T x R = 0,98\%$

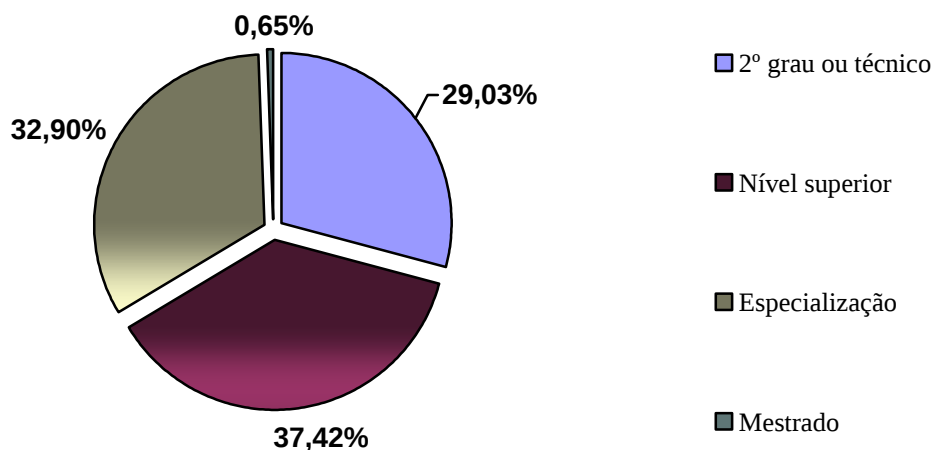
Análise:

A taxa de rotatividade dos servidores efetivos (1,68%) no ano de 2011 pode ser considerada baixa. Já a taxa de rotatividade dos ocupantes de cargos e funções foi também baixa (0,98%).

IV – FORMAÇÃO ACADÊMICA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO



Análise:

O Quadro de servidores, em sua grande maioria, possui nível superior e uma parcela significativa possui alguma pós-graduação. Isso reflete um nível satisfatório de preparação dos recursos humanos. É válido ressaltar que para o ano de 2011 levou-se em consideração o quadro completo de servidores, não apenas os efetivos.

V – DISCIPLINA

Descrição:

* Total de servidores do TRE-AP em 2011 = 159

* Tramitação de Processos Administrativos Disciplinares (PADs) = 00

Análise:

Não houve tramitação de PAD's no ano de 2011.

VI – NÍVEIS SALARIAIS

Descrição:

*** Analistas**

Menor remuneração = R\$ 6.611,39

Maior remuneração = R\$ 21.686,73

Média remuneratória = R\$ 11.575,10 (DP = 4.845,96)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

*** Técnicos**

Menor remuneração = R\$ 4.052,96

Maior remuneração = R\$ 16.538,94

Média remuneratória = R\$ 9.291,23 (*DP* = 3.350,11)

*** Requisitados**

Menor remuneração = R\$ 1.019,17

Maior remuneração = R\$ 5.164,81

Média remuneratória = R\$ 2.238,86 (*DP* = 1.334,75)

*** Sem vínculo**

Menor remuneração = R\$ 7.945,86

Maior remuneração = R\$ 11.686,76

Média remuneratória = R\$ 9.284,13 (*DP* = 1.052,37)

Análise:

Os níveis salariais, em consonância com verificação da satisfação dos servidores (ver próximo indicador), têm contribuído de forma importante para uma adequada manutenção dos Recursos Humanos deste Tribunal.

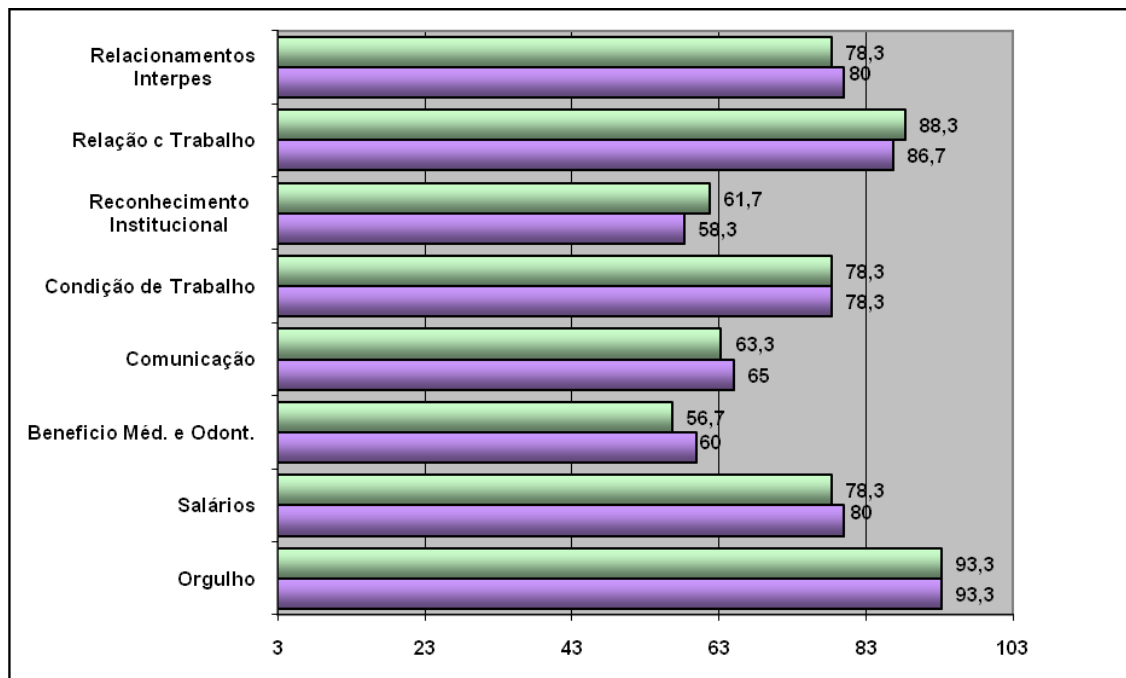
VII – SATISFAÇÃO DOS SERVIDORES

Descrição:

Gráfico 1. Comparação entre os Percentuais de Satisfação de cada um dos Fatores de Clima Organizacional durante dos anos de 2010 e 2011.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO



Nota. Não foram observadas diferenças estatisticamente significativas ($p \leq 0,05$) entre as médias de satisfação nos de 2010 e 2011.

Para comparar os resultados obtidos entre os anos de 2010 e 2011 realizou-se um teste de comparação de médias para amostras pareadas e verificou-se a inexistência de diferenças estatisticamente ($p \leq 0,05$) significativas entre os anos. Isto indica que não se observou modificações no Clima entre os anos considerados.

6. Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.

R. Não se aplica a este Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

QUADRO A.7.1 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Eu, **MARCELLE FERREIRA SOUZA**, CPF nº 62153161215, Analista Judiciário – Área Judiciária, Chefe da Seção de Acompanhamento e Gestão de Contratos, exercido na Secretaria de Administração e Orçamento do TRE/AP, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, não havendo informações a inserir no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Macapá, 15 de março de 2012.

Marcelle Ferreira Souza

CPF: 621531612-15

Chefe da Seção de Acompanhamento e Gestão de Contratos

8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	2	2	9
	Entregaram a DBR	0	0	9
	Não cumpriram a obrigação	2	2	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	29	24	80
	Entregaram a DBR	8	0	80
	Não cumpriram a obrigação	21	24	0

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos:

A Administração promoveu reuniões para apresentação das definições e metodologias para avaliação, e a partir de então, consolidou uma avaliação junto aos Gestores com participação, inclusive de servidores.

a) Ambiente de controle. Avaliação = 2,4.

Este componente foi avaliado sob os seguintes aspectos: Filosofia e estilo de direção (tom do topo), Estrutura organizacional e de governança institucional, Integridade e valores éticos, Competência profissional e Políticas e práticas de recursos humanos.

Filosofia e estilo de direção (tom do topo) - Avaliação = 3,0

Neste item, as principais deficiências apresentadas foram:

Falta de comunicação de informações sobre objetivos, metas, políticas e procedimentos de modo claro;

Falta de uma política de comissionamento clara, objetiva e transparente;

Baixa percepção dos servidores em relação às ações rápidas e apropriadas da direção tão logo percebe sinais da possível existência de um problema e

Falta processo bem definido e bem entendido para lidar com queixas e preocupações dos empregados de forma oportuna e apropriada.

Estrutura organizacional e de governança institucional - Avaliação = 2,5

Neste item, as principais deficiências apresentadas foram:

Estrutura organizacional carece de um manual mais moderno e eficiente, alinhando com o Planejamento Estratégico;

Não há padrões para medir o desempenho do TRE-AP frente aos seus objetivos e metas;

Considerações de ordem ética, social e ambiental em todos os seus processos e relacionamentos precisam ser sistematizadas;

Integridade e valores éticos - Avaliação = 1,8



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Aqui o principal item a ser considerado é a inexistência de um código de ética e gestão formal da ética.

Competência profissional - Avaliação = 2,3

Neste item, a nota foi influenciada pela ausência de uma política clara de nomeação dos cargos e funções, baseada competências, habilidades e conhecimentos comprovados, bem como política de recursos humanos voltada para a gestão e desenvolvimento de competências, promoção e reconhecimento e deficiências dos superiores hierárquicos no que se refere aconselhamento honesto e construtivo no que se refere ao desempenho de suas funções.

Políticas e práticas de recursos humanos - Avaliação = 2,3

Quanto a este item foi detectado que não existem regras claras e controles para evitar privilégios indevidos na contratação de terceirizados, comissionados e estagiários e não são realizadas avaliações dos servidores sobre seu desempenho no cumprimento das metas.

b) Avaliação de risco. Avaliação = 1.5

A Administração não tem um processo formal de identificação de riscos e consequentemente a análise e a resposta ao risco são feitas sem critérios definidos.

c) Procedimentos de controle. Avaliação = 2,0

Falta formalização da política de segurança e a política de segurança da informação, bem como, documento que contemple os principais controles frente ao Planejamento Estratégico e metodologia para avaliação de desempenho das atividades.

d) Informação e Comunicação. Avaliação = 2,5

Verificou-se que não há um plano de comunicação interna formalizado, bem como um plano de comunicação com os clientes dos serviços da Justiça Eleitoral.

e) Monitoramento. Avaliação = 2,0.

A ausência de um plano estratégico para o TRE-AP inviabiliza o monitoramento. O que ocorre hoje é o monitoramento de atos de gestão quanto à legalidade, ou seja, verifica-se apenas a conformidade com a legislação, salvo intervenções da Unidade de Controle Interno através das auditorias e manifestações nos procedimentos administrativos.

O Sistema de Controle Interno, de forma geral, recebeu nota de 2,0 (dois), ou seja, tem ausência e deficiências que serão sanadas com a viabilização de ações contidas no plano a seguir:

QUADRO PRÓPRIO VI – PLANO DE AÇÃO DE SISTEMA DE CONTROLE INTERNO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Nº	Ação
1	Institucionalizar a Ouvidoria para registrar ocorrências/sugestões no âmbito do TRE-AP até dezembro de 2011
2	Instituir encontro de servidores para informar os objetivos, metas, políticas e procedimentos, de modo claro, para o exercício;
3	Implementar sistemas de avaliação semestral ou anual, dos Cargos em Comissão, Terceirizados e estagiários
4	Disseminar o resultado da Auditoria Externa e Interna, com as recomendações, a todos os setores do Tribunal através da Intranet
5	Constituir comissão com um representante de cada setor para elaboração de um manual de diretrizes para cada unidade com metodologia para avaliação e mensuração de metas estipuladas e metas atingidas para o Tribunal no biênio da gestão
6	Reestruturar o organograma funcional, até 2011, através da contratação de uma consultoria externa, de forma a sustentar os objetivos definidos no Planejamento Estratégico Institucional.
7	Atualizar o Regulamento da Secretaria, com atribuições bem definidas, por competência setorial
8	Criar Manuais de Procedimentos dos atos administrativos mais relevantes
9	Divulgar a avaliação do alcance de metas e objetivos do Planejamento Estratégico
10	Consolidar os indicadores de desempenho de forma clara, avaliando-os periodicamente, com enfoque das providências adotadas para a superação, no caso de não atendimento das metas previstas
11	Criar mecanismos para melhorar a transparência dos atos de Gestão
12	Desenvolver plano de responsabilidade sócio-ambiental para orientar as ações no âmbito do TRE-AP
13	Instituir Código de Ética no âmbito do TRE/AP até 2012 para disseminar uma cultura ética e promover a gestão da mesma, através de estudos de outras experiências bem como promoção de debates junto aos servidores sob responsabilidade de uma comissão constituída para este fim
14	Instituir comitê para avaliação curricular e expertise técnica a fim de auxiliar a alta administração no preenchimento das funções e cargos, que devem ser preenchidos prioritariamente, até 2012, por servidores efetivos do quadro visto a existência de profissionais capacitados e como forma de valorização profissional
15	Instituir comissão para avaliar, definir e posteriormente acompanhar os projetos apresentados pelas unidades organizacionais, definindo um cronograma para tal com prazo até o fim da gestão em curso
16	Aperfeiçoar as normas relacionadas à Capacitação de Recursos Humanos, tendo como parâmetro o custo/benefício das ações desenvolvidas, de forma a adequá-las à finalidade do TRE-AP
17	Criar um Banco de Talentos, com finalidade de identificar as competências e habilidades dos servidores
18	Criar programa de aperfeiçoamento de habilidade gerenciais e avaliar os resultados alcançados
19	Implementar programa de Avaliação de Desempenho periódico, com vistas ao aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pelo TRE-AP



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Nº	Ação
20	Capacitar os Superiores Hierárquicos, quanto aos procedimentos de avaliação de desempenho, para que possam fazê-lo de forma eficiente
21	Conscientizar os servidores do TRE-AP da missão, visão, valores e objetivos do planejamento estratégico até 2011 para que todas as atividades desenvolvidas sejam em prol de um objetivo comum
22	Instituir comissão para identificar, categorizar, registrar e tomar ações para mitigar os riscos inerentes a processos e serviços do Tribunal em um período máximo de um ano, além de prover capacitação aos membros da comissão no gerenciamento de projetos e riscos.
23	Inserir no Planejamento Estratégico a identificação dos riscos inerentes às atividades do Tribunal
24	Instituir comissão para a cada 6 meses analisar e verificar se os riscos identificados e as ações definidas estão sendo eficazes para o bom andamento dos processos e serviços no âmbito do TRE/AP
25	Desenvolver um mapa de procedimentos para responder aos riscos conforme hierarquia e grau instituído pela comissão de identificação de riscos, bem como registrar todas as etapas, ações tomadas e o tempo de resposta, reportando-se a alta administração do TRE-AP
26	Instituir no âmbito do TRE/AP comissão responsável pela elaboração da Política de Segurança e Política de Segurança da Informação até 2012, com vistas a disciplinar o acesso as dependências do TRE/AP, bem como disciplinar o acesso as informações, ao uso do e-mail e Internet
27	Elaborar planos dos controles internos do TRE-AP em consonância com o planejamento estratégico
28	Criar métodos de mensuração do desempenho de todas as atividades relevantes
29	Através da Assessoria de Comunicação desenvolver plano de comunicação para dar transparência dos atos da Administração aos servidores e à sociedade
30	Divulgar o que aconteceu nos encontros, viagens, cursos, etc. através do e-mail corporativo, prática a ser adotada em 2011
31	Definir indicadores numéricos até 2012 que possam medir a eficiência dos processos buscando sempre a melhoria contínua dos mesmos

A metodologia de avaliação no que se refere a escala de nota e critérios adotados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amapá diferenciou-se pouco em relação àquela proposta pela Portaria TCU nº 277/2010, uma vez que não considerou a nota 3 em decorrência de sua neutralidade.

Com o intuito de cumprir com o preenchimento do quadro presente na referida Portaria, fizemos a transposição da avaliação feita pelo TRE/AP, no exercício de 2011.

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.		X			
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		X			
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.		X			
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.	X				
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e		X			



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		X			
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			
LEGENDA: Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.

Consciente de seu papel de defensor do meio ambiente, o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá inseriu no seu Planejamento Estratégico o tema Responsabilidade Social, que visa melhorar a relação com o Meio Ambiente, por meio de ações que busquem a preservação dos recursos naturais, respaldadas na conscientização de magistrados, servidores, estagiários e colaboradores quanto à adoção de atitudes e procedimentos nas atividades rotineiras que levem ao uso racional dos bens públicos e da gestão adequada dos resíduos, visando à economia de recursos naturais e a redução de gastos institucionais.

Com objetivo de melhorar a relação com o meio ambiente, através de ações voltadas à preservação dos recursos naturais, à conscientização das pessoas e à redução do impacto ambiental resultantes das atividades da Justiça Eleitoral no Estado do Amapá, foi aprovado, em novembro de 2011, o Programa de Gestão Ambiental do TRE/AP.

Logo em seguida, através da Ordem de Serviço nº 002/2011, foi aprovada a Agenda Ambiental para o quadriênio 2012/2015, trazendo 05 (cinco) objetivos específicos:

1. Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos;
2. Gestão Adequada dos Resíduos Gerados;
3. Licitações Sustentáveis;
4. Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho;
5. Sensibilização e Capacitação.

Referidos objetivos estão desmembrados a 06 (seis) temas, cada um com meta a ser alcançada, a saber:

1. Eficiência Energética: combate ao desperdício de energia elétrica;
2. Papel: racionalização do uso de papel;
3. Água: combate ao desperdício de água;
4. Coleta seletiva com a finalidade voltada para a reciclagem: implantação da coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis;
5. Aquisições e contratações sustentáveis: aquisição de materiais e contratação de serviços sustentáveis;
6. Qualidade de vida: manutenção da pontuação geral no Questionamento de Qualidade de Vida (WHOQOL BREF).

Para o atendimento das metas estabelecidas, são elencadas diversas ações a serem acompanhadas e avaliadas periodicamente, com diagnósticos das metas estabelecidas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Cabe ressaltar que este Regional vem adotando critérios de sustentabilidade ambiental nos procedimentos licitatórios, promovendo a responsabilidade socioambiental nas contratações de serviços e nas suas compras, evidenciando a importância não só para a conservação do meio ambiente, mas também uma melhor relação custo/benefício a médio ou longo prazo, quando comparadas às que se valem apenas do critério de menor preço.

Nesse contexto, a administração utiliza instrumentos de tomadas de decisões fundamentadas nas melhores práticas que envolvam não só os aspectos econômicos, mas também os ambientais e sociais. As compras e contratações são efetivadas através de procedimentos licitatórios que visam selecionar a proposta mais vantajosa ao interesse público: o melhor produto pelo menor preço. Isto ocorre na prática, quando da discriminação do produto a ser adquirido,

Vale mencionar que Decreto nº 5.450/2005 regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns. A modalidade licitatória do pregão, realizada por meio eletrônico apresenta vários benefícios, como a redução no tempo administrativo e nas despesas, com procedimentos mais simplificados e eficientes, além da maior transparência, pois é realizado via web.

Os setores diretamente ligados a Compras, serviços e contratações de obras e serviços de engenharia, já vem adotando critérios de sustentabilidade, em seus Termos de Referência e Projetos Básicos, subsidiados nas normas que tratam da matéria, a saber:

1. Nas comprar de Materiais de Consumo – utiliza-se o portal eletrônico de contratações públicas do Governo Federal – COMPRASNET, o Sistema de Catalogação de Material – CATMAT, que traz um rol de materiais sustentáveis, disponível em <http://www.comprasnet.gov.br/>.

2. Nos Termos de Referência, parte integrante dos Editais e Contratos, empregam-se critérios de sustentabilidade nos seguintes serviços/fornecimento:

2.1. VIGILÂNCIA: a Contratada deverá realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; fornecer aos seus empregados equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços; providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 03, de 30/03/2010, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata; prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

2.2. MANUTENÇÃO DE CENTRAIS DE AR: a Contratada se obriga a adotar as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental: racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas; Substituir, sempre que possível, as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; Usar produtos de limpeza que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA. Também deve realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

2.3. FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL: a proponente adjudicatária deverá tomar as seguintes providências, sempre que possível: racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas; substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; usar produtos de limpeza que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

Em relação à separação de resíduos recicláveis descartados, o Tribunal adota a política dos 5R's: Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar. Dessa forma, a comissão de Gestão Ambiental, juntamente com a Presidência, Corregedoria, Diretoria Geral e as Secretarias, vem trabalhando em campanhas de sensibilização dos servidores, visando redução do consumo e combate ao desperdício, bem como na destinação adequado do resíduo gerado.

Nesse sentido, tem sido importante a promoção de internalização do conceito dos 5Rs, enfatizando a questão dos resíduos sólidos, permitindo aos servidores uma reflexão crítica do consumismo, ao invés de focar na reciclagem, consoante se verifica a seguir.

Repensar - Repensar a necessidade de consumo e os padrões de produção e descarte adotados.

Recusar - Recusar possibilidades de consumo desnecessário e produtos que gerem impactos ambientais significativos.

Reduzir - Reduzir significa evitar os desperdícios, consumir menos produtos, preferindo aqueles que ofereçam menor potencial de geração de resíduos e tenham maior durabilidade.

Reutilizar - Reutilizar é uma forma de evitar que vá para o lixo aquilo que não é lixo reaproveitando tudo o que estiver em bom estado. É ser criativo, inovador usando um produto de diferentes maneiras.

Reciclar - Reciclar significa transformar materiais usados em matérias-primas para outros produtos por meio de processos industriais ou artesanais.

Em atendimento ao Decreto nº 5.940/2006, que instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal, este Regional adquiriu, em 2007, lixeiras próprias para separação de papel, outros produtos recicláveis (plástico, metal e vidro), materiais orgânicos e não-recicláveis, para fazer face ao programa de Gestão Ambiental anteriormente instituído.

A implementação desse Decreto constitui-se numa estratégia que busca a construção de uma nova cultura institucional para um novo modelo de gestão dos resíduos no âmbito Justiça Eleitoral Amapaense. Entretanto, o entrave principal está na destinação a ser dada aos materiais recicláveis coletados, em função de o Poder Público Municipal não oferecer serviços de coletas seletivas, bem como inexistir no Estado associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? R. Sim, menor consumo de energia conforme o Decreto nº 7174/2010				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?		X			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). R. Torneiras automáticas, lâmpadas econômicas e com sensor de presença, computadores, impressoras. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? R. Houve uma redução de 30% no orçamento destinado a essa despesa					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? R. Papel reciclado, impressora frente e verso					X
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? R. Sim, com a exigência de os veículos a serem adquiridos serem FLEX					X



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		X			
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?		X			
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?		X			
Considerações Gerais:					
<u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

R. Este Tribunal não possuiu bens Imóveis de propriedade da União sob sua responsabilidade.

12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ, contemplando os seguintes aspectos:

a) Planejamento da área;

Em 2011 a Secretaria de Tecnologia da Informação revisou seu Planejamento Estratégico de TI elaborado em 2010, com o objetivo de verificar o alinhamento com o Planejamento Estratégico Institucional bem como com o Planejamento Estratégico do Tribunal Superior Eleitoral. Em setembro de 2011 deu início a elaboração do Plano Diretor de TI (PDTI) para o período 2012/2014 onde serão detalhadas as principais atividades para cumprimento das metas e objetivos contidos no PETI. O Plano Diretor de Tecnologia da Informação é um plano para definir a evolução de TI dentro do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá.

b) Perfil dos recursos humanos envolvidos;

No ano de 2011, a STI contou com o quantitativo de 20 pessoas que compõem a força de trabalho de TI. Desse total, 12 são servidores do quadro efetivo, 6 são terceirizados, contratados pelo TSE, que trabalham regularmente no ambiente da instituição e 2 são estagiários. Apesar do quadro de pessoal responder minimamente às necessidades deste Tribunal, é premente seu incremento. Tal necessidade se justifica em razão do aumento gradual do eleitorado, que demanda mais serviços externos e internos. O quadro de servidores efetivos encontra-se inadequado quantitativa e qualitativamente para a implementação da Governança de TI, onde são aplicadas as melhores práticas para melhor utilização dos recursos de TI.

c) Segurança da informação;

A Secretaria de Tecnologia da Informação elaborou um documento que criou uma política de segurança para dar sustentação às atividades de proteção das informações eletrônicas e propõe plano de contingência para os sistemas computacionais. Além disso o Tribunal através da Portaria 462/2009 instituiu a Comissão de Segurança da Informação responsável pela Política de Segurança Institucional que dispõe sobre a utilização dos equipamentos de informática, dos ambientes de redes Internet e Intranet, correio eletrônico, Sistemas administrativos (SADP, ELO), comunicador eletrônico (intrachat) e o Circuito fechado de câmeras de segurança – (CFTV). O objetivo maior desses documentos é a verificação da conformidade e do desempenho das ações em aspectos relacionados de segurança de tecnologia da informação, utilizando critérios fundamentados, fiscalizando a gestão para assegurar que a tecnologia da informação proporcione alta disponibilidade dos sistemas de informação, agregando valor ao negócio em benefício de seus usuários.

d) Desenvolvimento e produção de sistemas;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Após a análise de várias metodologias e processos de desenvolvimento de software, iniciaram-se os estudos para avaliar a viabilidade de adoção do **OpenUP** (<http://epf.eclipse.org/wikis/openup>), que é baseado no Processo Unificado e utiliza uma abordagem iterativa e incremental dentro de um ciclo de vida estruturado. O OpenUP é baseado em uma filosofia pragmática e ágil que foca na natureza colaborativa do desenvolvimento de software. É um processo independente de ferramenta e de pouca cerimônia que pode ser estendido livremente para atender uma grande variedade de tipos de projeto. Ele é especialmente projetado para equipes pequenas (até 10 pessoas) e que trabalhem no mesmo local. Dentre as vantagens já observadas desse processo é a possibilidade de total adaptação dos seus fluxos, papéis, artefatos e diretrizes, sendo possível mesclar, remover, alterar ou adicionar o que for necessário para um determinado contexto. Esse processo é parte de uma iniciativa mais abrangente denominada **EPF-Eclipse Process Framework** (<http://www.eclipse.org/epf>), que é um framework livre e gratuito para modelagem e definição de processos de desenvolvimento de software, e que possui um amplo repositório pré-definido de práticas, diretrizes, fluxos, papéis, entre outros tipos de conteúdo, que podem ser combinados e adaptados livremente para atender demandas específicas. Com esse framework é possível também criar, do zero, conteúdos de processos de software que ainda não estejam presentes no repositório do EPF. Foi consolidada e evoluída uma arquitetura de software de referência para a construção de sistemas, baseado nas melhores práticas da engenharia de software, buscando sempre a máxima coesão e o menor acoplamento possível entre os diversos componentes dessa arquitetura. Procurou-se evoluir principalmente os aspectos estruturais dessa arquitetura, procurando prover os elementos de suporte mais recorrentes necessários ao desenvolvimento de qualquer sistema, permitindo que os desenvolvedores possam focar seus esforços no domínio do problema em questão.

e) Contratação e gestão de bens e serviços de TI.

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá celebrou contratos de link's de comunicação de dados para atender a necessidade de comunicação entre a sede e seus cartórios eleitorais, contratação de mão-de-obra especializada e telefonia fixa local e para longa distância. Temos, ainda, dois contratos que estão centralizados no TSE, cujo objeto é a prestação de serviços de TI.

1. Contrato nº 041/2009 – Prestação de Serviços de Telecomunicações (backbone secundário), celebrado entre o TRE-AP e o consórcio das empresas Brasil Telecom, Medidata, Auriga e OI no valor de R\$ 484.692,23 (quatrocentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e noventa e dois reais e vinte e três centavos), descentralizado pelo TSE e encontra-se em seu segundo Termo Aditivo.
2. Contrato nº 027/2008 – Serviço de Telefonia Fixa Local e a Longa distância, celebrado entre o TRE-AP e a EBRATEL, no valor de R\$ 166.200,00 (cento e sessenta e seis mil e duzentos reais), e encontra-se em seu segundo Termo Aditivo.
3. Contrato nº 030/2011 – Prestação de Serviços de Telecomunicações (link de dados via satélite), celebrado entre o TRE-AP e a HUGHES Telecomunicações do Brasil, no valor de R\$ 62.329,11.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

4. Contrato nº 008/2009 – Prestação de Serviço de informática para suporte às equipes de gestão de infra-estrutura tecnológica, celebrado entre o TSE e a Empresa CTIS Tecnologia S/A.
5. Contrato nº 12/2009 – Prestação de Serviço de informática na área de sustentação de sistemas de informação, celebrado entre o TSE e a empresa CTIS Tecnologia S/A.

O trabalho de implementação dos processos de gestão de serviços de TI ainda está incipiente, visto que dispomos de poucos profissionais qualificados para isso.

QUADRO A.12.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				x	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				x	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.		x			
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	20				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					x
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		x			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					x
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.		x			
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.			x		
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		x			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.		x			



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	15%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.		x			
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.		x			
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	x				
Considerações Gerais:					
<u>LEGENDA</u>					
<u>Níveis de avaliação:</u>					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008.

R. Este Tribunal Regional Eleitoral não utilizou cartões de pagamento do governo federal.

14. Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social.

R. Não se aplica a este Tribunal



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

QUADRO. A.15.1 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ					-
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	020.361/2008-5	Acórdão nº 3564/2009	1.5.2.1	CI/DE	445/2009-TCU
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ					-
Descrição da Deliberação:					
“desaparecimento de 307 bens pertencentes ao patrimônio do órgão, de que trata o Procedimento Administrativo nº 370/2005, Classe X, protocolo nº 2820/2005”.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DIRETORIA - GERAL					-
Síntese da providência adotada:					
Constituiu-se, através da Portaria nº 5/2012, Comissão encarregada de realizar estudos visando à elaboração de ato Normativo interno, para disciplinar a gestão e controle dos bens patrimoniais do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá.					
Síntese dos resultados obtidos					
Após a análise dos pedidos de reconsideração acerca da DECISÃO Superior, o Exmo Sr. Presidente deste Tribunal deferiu parcialmente o pedido do servidor Max Darlindo da Silva Junior uma vez que o bem de patrimônio nº 5178 foi encontrando pela Comissão de Inventário 2010. Em relação aos outros pedidos foram indeferidos. Informamos, ainda, que apenas a ex-servidora Walmira Góes Braga, apesar de ter sido notificada, varias vezes, não apresentou manifestação e comprovação de restituição ao erário, o que implicou na decisão Superior para inscrição do débito na Dívida Ativa da União. Quanto aos demais servidores envolvidos, seis efetuaram o ressarcimento ao erário integralmente, e quatro, após autorização Superior, estão ressarcindo ao erário através de descontos na folha de					



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

pagamento.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor.
Como fator negativo, tivemos a dificuldade em localizar ex-servidores (requisitados) envolvidos para que tomassem ciência da Decisão Superior.

QUADRO A.15.2 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ					-
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	020.361/2008-5	Acórdão nº 3564/2009	1.5.2.3	CI/DE	445/2009-TCU
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ					-
Descrição da Deliberação:					
“à desconformidade entre o inventário físico relativo ao exercício de 2007 e os registros constantes no sistema de patrimônio do órgão e SIAFI, considerando que não foi localizada a quantidade de 234 itens, correspondendo ao montante de R\$ 49.094,22 (quarenta e nove mil, noventa e quatro reais e vinte dois centavos)”. P.A. nº 27/2007, Classe VII, protocolo nº 4585/2007.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Administração e Orçamento					-
Síntese da providência adotada:					
Quanto as inconsistência apresentadas no PA nº 027/2007 (4585/2007) que no último relatório perfazia o montante de R\$ 25.997,48 (92 bens móveis), em 24/09/2010, com os trabalhos da comissão de inventário/2010 e as diligências realizadas na busca de bens não localizados, restaram não encontrados apenas 02 (dois): 01 (um) aparelho de DVD – R\$ 415,00, que foi restituído ao erário pelo servidor que estava responsável pelo mesmo e 01 (um) microcomputador portátil (note book) – R\$ 4.900,00, que foi furtado com abertura de inquérito policial nº 123/2003 e autos 2005.31.00.001615-5 - 2ª Vara Federal, que não conseguiram provar e/ou determinar o culpado pelo furto; desta					



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

forma foi autorizada e efetivada a baixa deste bem do patrimônio do TRE/AP, com todas as informações incluídas no procedimento administrativo inicialmente citado. A TCE nº 001/2010, aberta para apurar o desaparecimento dos bens com os fatos relatados acima foi arquivada em decorrência do valor dos bens não localizados.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor.

Como fator negativo, tivemos o excesso de banco de horas e o recesso forense, o que provocou atraso na finalização do inventário e posterior entrega do relatório, prejudicando as providências que a CMP deveria adotar para sanar as pendências apontadas.

QUADRO A.15.3 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ					-
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	028.002/2010-5	-	9.3	-	OFÍCIO Nº 97/2011 TCU/SEMAG
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ					-
Descrição da Deliberação:					
“alertar o Supremo Tribunal Federal, os Tribunais Regionais Eleitorais de Alagoas, Amazonas, Amapá, Espírito Santo e Rondônia, o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, o Tribunal de Contas da União e o Superior Tribunal Militar quanto à necessidade de lançamento do relatório de gestão fiscal no Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação – SISTN dentro do prazo de 40 (quarenta) dias após o encerramento de cada quadrimestre, na forma do § 4º do art. 40 da Lei 12.017/2009 (LDO 2010)”.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Administração e Orçamento					-
Síntese da providência adotada:					
Embora esse tenha sido um fato isolado, em decorrência do acúmulo de trabalhos eleitorais, foi dada ciência à					



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Secretaria de Administração e Orçamento e à Seção de Contabilidade deste Tribunal.
Síntese dos resultados obtidos
Este Tribunal Regional Eleitoral do Amapá tem postado com regularidade e dentro dos prazos legais seus relatórios de Gestão fiscal, no SISTN.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Este Tribunal não teve dificuldades para adotar as providências diligenciadas.

QUADRO A.15.4 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ					-
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	014770/2009-9	Acórdão nº 199/2011-TCU-Plenário	9.1.1	-	OFÍCIO Nº 112/2011 TCU/SECEX
			9.1.2		
			9.1.3		
			9.1.4		
			9.1.5		
			9.4		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ					-
Descrição da Deliberação:					
“determinar aos Tribunais Regionais Eleitorais do Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, e Tocantins que:					



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

9.1.1. encaminhem a este TCU, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, plano de ação que contemple a devolução aos órgãos de origem dos servidores cujas requisições contrariem os arts. 2º, 3º, e 4º da Lei n. 6999/1982, bem como a adequação do percentual de serventuários requisitados ou cedidos de outros órgãos às disposições do art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça n. 88/2009;

9.1.2. façam constar dos processos de requisição de pessoal justificativa acerca das necessidades enfrentadas pelo cartório eleitoral, bem como a relação entre as atividades desenvolvidas pelo servidor no órgão de origem e aquelas a serem desempenhadas no serviço eleitoral, assim como o período necessário para realizar a atividade, caso, ainda não o façam;

9.1.3. adotem medidas no sentido de que as requisições de servidores para atuarem nos cartórios eleitorais e nas secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais sejam feitas em caráter temporário, com prazo previamente determinado e sem identificação nominal do servidor, em observância aos princípios constitucionais da impessoalidade e da moralidade, deixando a cargo do Órgão ou entidade cedente a escolha, entre aqueles que atendam os requisitos para o desempenho das atividades pretendidas pelo requisitante, do servidor a ser cedido à Justiça Eleitoral;

9.1.4. abstenham-se de designar servidores requisitados para ocupar a função de chefes de cartório eleitoral, seja na condição de efetivo ou substituto;

9.1.5. somente requisitem ou prorroguem a requisição de pessoas com vínculo efetivo com a administração pública, caso ainda não o façam;

9.4. determinar às Secretarias de Controle Interno do TSE e dos TREs que façam constar do próximo relatório das contas anuais informações sobre o cumprimento das determinações resultantes deste relatório.”

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação

Código SIORG

Secretaria de Gestão de Pessoas

-

Síntese da providência adotada:

9.1.1 – o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, por meio do Ofício nº 82/2011-PRES/TRE-AP, informou ao TCU que neste Tribunal não existe nenhum caso de inobservância da Lei n. 6.999/82, assim como também informou que o art. 3º da Resolução do CNJ nº 88/2009 não se aplica a esta Justiça Especializada entre a regulamentação das matérias (requisição e cessão) por legislação específica (Lei nº 6.999/82 – arts. 2º, 3º e 4º, Lei nº 8.112/90, art. 93 inciso I, Lei nº 11.416/2006, art. 5º, §§ 1º e 7º);

9.1.2 – o TRE/AP está exigindo em todos os pedidos de requisição a justificativa acerca das necessidades enfrentadas pelo Cartório Eleitoral;

9.1.3 – o TRE/AP está limitando os prazos de requisição, não permitindo sucessivas prorrogações. Quanto à inominabilidade do servidor a ser requisitado, este Regional não está assim procedendo. Indica o servidor a ser requisitado com fim de evitar apadrinhamentos políticos, por consequência, prejuízo à lisura do processo eleitoral.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

9.1.4 – somente servidores do quadro efetivo estão ocupando as funções de chefe de cartório, inclusive em substituição.

9.1.5 – somente servidores com vínculo com a administração pública são requisitados para o TRE/AP.

9.4 – as informações já estão constando deste Relatório de Gestão.

Síntese dos resultados obtidos

A Secretaria de Gestão de Pessoas está atenta ao cumprimento das determinações do TCU

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Como fator negativo apontamos o deslocamento de servidores da Sede para as Zonas Eleitorais do interior do Estado, as quais não tinham servidores do Quadro efetivo, elevando o quantitativo e o pagamento de diárias, anteriormente, planejadas para o exercício 2011.

QUADRO A.15.5 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ					-
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	TC-011.643/2010-2	Acórdão nº 1793/2011-TCU-Plenário	9.10	-	OFÍCIO Nº 283/211 TCU/SESEFTI
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ					-
Descrição da Deliberação:					
“recomendar ao Tribunal Superior Eleitoral e aos Tribunais Regionais Eleitorais que aperfeiçoem as suas sistemáticas de verificação da alínea “a” do inciso I do art. 54 da Constituição Federal para a expedição de diplomas de parlamentares eleitos, prevista pelo art. 30, inciso VII, da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral);					



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

(grifo)".	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Presidência	-
Síntese da providência adotada:	
Foi dada ciência aos Setores envolvidos na expedição dos diplomas	
Síntese dos resultados obtidos	
Todas as Unidades envolvidas estão atentas ao cumprimento das determinações do TCU	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Este Tribunal não teve dificuldades para adotar as providências diligenciadas.	

QUADRO A.15.6 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ					-
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	-	-	-	-	OFÍCIO Nº 376/2011 TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ					-
Descrição da Deliberação:					
“.....que envie a esta Unidade Técnica a metodologia de cálculo adotada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amapá para apurar os proventos de que trata o § 3º do Art. 40 da CF/1988, com a redação dada pela EC nº 41/2003 (regulamentado pela Medida Provisória nº 167/2004 que foi convertida na Lei Federal nº 10.887/2004), especificando:					



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

a) quais parcelas remuneratórias fazem parte do cálculo da média aritmética;	
b) se os valores percebidos a título de auxílio (transporte, refeição, moradia, etc...) e a título de indenização (1/3 de férias, 13º salário, diárias) são incluídos ou não no cálculo;	
c) fundamentação legal;”	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas	-
Síntese da providência adotada:	
Por meio do Ofício nº 175/2011-DG, o TER/AP informou ao TCU a inoccorrência, neste Regional de aposentadoria com proventos calculados na forma do § 3º do Art. 40 da CF/188, com redação dada pela EC nº 41/2003.	
Síntese dos resultados obtidos	
A Secretaria de Gestão de Pessoas está atenta ao cumprimento das determinações do TCU	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Este Tribunal não teve dificuldades para adotar as providências diligenciadas.	

QUADRO A.15.7 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCICIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ					-
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	-	-	-	-	OFÍCIO Nº 319/2011 TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ					-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Descrição da Deliberação:	
“.....que encaminhe a 4ª Diretoria Técnica da Secretaria de Fiscalização de Pessoal do Tribunal de Contas da União,....., as <u>fichas financeiras de todos os magistrados e servidores, incluindo os comissionados, aposentados e pensionistas</u> ,, correspondente ao mês de <u>julho de 2011</u> , excluindo apenas os pagamentos referentes a meses anteriores (atrasados)”	
Providências Adotadas	
Sector responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas	-
Síntese da providência adotada:	
O TRE/AP por meio do Ofício nº 168/2011-DG encaminhou ao TCU mídia digital (CD) contendo as fichas financeiras de todos os magistrados e servidores, incluindo os comissionados, aposentados e pensionistas.	
Síntese dos resultados obtidos	
A Secretaria de Gestão de Pessoas está atenta ao cumprimento das determinações do TCU	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Este Tribunal não teve dificuldades para adotar as providências diligenciadas.	

QUADRO A.15.8 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ					-
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	010.510/2010	9.705/2011-TCU-1ª Câmara	-	-	OFÍCIO Nº 1827/2011 TCU/SECEX-CE
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ		-
Descrição da Deliberação:		
“..... determinar aos Tribunais Regionais Eleitoral do Amapá e do Ceará que, doravante, abstenham-se de praticar redistribuição por reciprocidade, tendo em vista que tal instituto se assemelha à transferência, que foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal nos Autos do Mandando de Segurança n. 22.148-8/DF”		
Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação	Código SIORG	
Secretaria de Gestão de Pessoas	-	
Síntese da providência adotada:		
O Presidente deste Tribunal juntamente com os Assessores da Presidência e da Diretoria-Geral, e, ainda, a Secretaria de Gestão de Pessoas tomaram conhecimento do Acórdão nº 9.705/2011-TCU-1ª Câmara.		
Síntese dos resultados obtidos		
As Unidades envolvidas estão atentas ao cumprimento das determinações do TCU		
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor		
Este Tribunal não teve dificuldades para adotar as providências diligenciadas.		

16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

QUADRO A.16.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	P.A nº 17/2011, Classe VII, protocolo nº 2569/2011
Data do Relatório de Auditoria	23.08.2011
Item do Relatório de Auditoria	Doação de equipamento de Informática
Comunicação Expedida/Data	A partir dessa recomendação, todos os processos de descartes de material de informática são instruídos com ofícios encaminhados, e recebidos, à Secretaria de Logística da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria Geral/STI/SAO
Descrição da Recomendação	“Que a Administração deste Regional comunique à Secretaria de Logística da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, via ofício, a existência dos equipamentos listados às fls. 222/227”.

QUADRO A.16.2 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	P.A nº 05/2011, Classe X, protocolo nº 8/2011
Data do Relatório de Auditoria	17.06.2011
Item do Relatório de Auditoria	Concessão de Suprimento de Fundos
Comunicação Expedida/Data	O Presidente deste Tribunal determinou a juntada das guias de movimentação do veículo ou planilha consolidando as informações, para análise do Controle Interno, condicionando a próxima concessão, após a apresentação do referido documento.
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria Geral
Descrição da Recomendação	“quando da prestação de contas do suprimento de fundos que sejam juntados aos autos cópias das guias de movimentação do(s) veículo(s) ou planilha consolidando as informações uma vez que tal controle é imprescindível para a análise sobre o uso dos referidos bens, bem como a avaliação dos gastos com combustível, conforme entendimento do TCU”.

QUADRO A.16.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	P.A nº 127/2011, Classe IV, protocolo nº 2785/2011
Data do Relatório de Auditoria	20.06.2011
Item do Relatório de Auditoria	Solicitação de descredenciamento dos planos de saúde e UNIMED e UNIODONTO, e reembolso dos créditos diretamente ao servidor.
Comunicação Expedida/Data	O Presidente acatou a sugestão do CCI, determinando o fiel cumprimento às sugestões apresentadas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria Geral/SGP
Descrição da Recomendação	“Diante do disposto no art. 6º da resolução TSE nº 23.092/2009, Resolução TRE/AP nº 224/2003 e contratos nº 001/2007 e 0023/2010, bem como o princípio da isonomia opinamos pela viabilidade do deferimento do pleito, nas seguintes condições: 1) Quando do pedido do reembolso das despesas médicas e odontológicas que seja observada a cota parte do servidor; 2) Que os reembolsos ao servidor durante o exercício não ultrapassem o valor que o TRE-AP desembolsaria caso o servidor continuasse vinculado aos contratos nº 001/2007 e 0023/2010”.

QUADRO A.16.4 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	P.A nº 177/2011, Classe IV, protocolo nº 2571/2011
Data do Relatório de Auditoria	15.06.2011
Item do Relatório de Auditoria	Pedido de complementação de diária.
Comunicação Expedida/Data	O Presidente acatou a sugestão do CCI, indeferindo o pedido.
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria Geral/SGP
Descrição da Recomendação	“Em face ao exposto corroboramos o entendimento da ASDIGE à fl. 27, entendendo que a servidora não faz jus ao pagamento de complementação de diária, e, portanto opinamos pelo indeferimento do pleito”.

QUADRO A.16.5 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	P.A nº 05/2010, Classe VI, protocolo nº 1858/2010
Data do Relatório de Auditoria	30.08.2011
Item do Relatório de Auditoria	Concessão de Suprimento de Fundos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Comunicação Expedida/Data	O Presidente acatou a sugestão do CCI, determinando o fiel cumprimento às sugestões apresentadas.
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria Geral/SAO
Descrição da Recomendação	“Recomendamos juntada das requisições aos autos do procedimento de prestação de contas, e no caso de reparação de bens patrimoniais, que seja identificado o número do bem e valor individualizado do serviço por bem reparado, bem como comprovado que os bens reparados não se enquadram como bens antieconômicos ou irre recuperáveis nos termos dos itens 06.06.3 e 06.06.4 da IN-TRE/AP nº 001/98, sob pena de glosa e restituição do respectivo calor ao erário.

QUADRO A.16.6 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	P.A nº 397/2010, Classe IX, protocolo nº 397/2010
Data do Relatório de Auditoria	21.03.2011
Item do Relatório de Auditoria	Possibilidade de contratação emergencial ou concessão se suprimentos de fundos
Comunicação Expedida/Data	O Presidente acatou a sugestão do CCI, determinando o fiel cumprimento às sugestões apresentadas.
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria Geral/SEJUD
Descrição da Recomendação	“Não há previsão legal para concessão de suprimento de fundos no caso em tela. Diante do exposto, sugerimos: I.Apresentação de justificativas de que a eventual descontinuidade do serviço de fornecimento de lanches ocasionará prejuízos às atividades deste Tribunal. Caso se comprove a possibilidade do prejuízo, poderá haver contratação por dispensa com fundamento no art. 24, IV da LLC; II.Apuração de responsabilidade, caso se aplique, a quem deu causa ao atraso nos procedimentos licitatórios para contratação do objeto em tela, e III.Prosseguimento dos autos para realização de novo certame licitatório com a maior brevidade possível, através de estabelecimento de prazos, tendo em vista o fim do contrato nº 001/2010”.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

QUADRO A.16.7 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	P.A nº 002/2011, Classe X, protocolo nº 5/2011
Data do Relatório de Auditoria	30.03.2011
Item do Relatório de Auditoria	Auditoria – Patrimônio 2009/2010.
Comunicação Expedida/Data	O Presidente acatou a sugestão do CCI, determinando o fiel cumprimento às sugestões apresentadas.
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria Geral/SAO
Descrição da Recomendação	“Sugerimos a apresentação por parte da CMP de um plano de ação para eliminação das diferenças evidenciadas pelo inventário anual entre os registros contábeis e a locação física. Após, encaminhe-se ao Exmo. Des. Presidente para conhecimento. Por fim, retorno a esta Unidade de Controle para informar ao TCU sobre as providências adotadas pela Administração deste Regional”.

QUADRO A.16.8 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	P.A nº 255/2007, Classe X, protocolo nº 6207/2007
Data do Relatório de Auditoria	26.04.2011
Item do Relatório de Auditoria	Providências para cumprimento do acórdão nº 3491/2007-2ª Câmara/TCU.
Comunicação Expedida/Data	O Presidente acatou a sugestão do CCI, determinando o fiel cumprimento às sugestões apresentadas.
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria Geral/SGP
Descrição da Recomendação	“Os autos se referem originalmente à determinação do TCU através do Acórdão nº 3491/2007-2ª Câmara a esta Coordenadoria que, registre a ocorrência ou não de prejuízos às atividades do órgão no tocante a cessões e requisições de servidores.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

	Sugerimos: I. Implantação, se ainda não há, de sistemática para informar ao órgão cedente da eventual alteração do status do servidor requisitado para cedido ocupante de FC/CJ; II. Instrução do processo de requisição de pessoal, caso ainda não foi feito, com informações como: justificativa acerca das necessidades enfrentadas pelo cartório eleitoral, bem como a relação entre as atividades desenvolvidas pelo servidor no órgão de origem e aquelas a serem desempenhadas no serviço eleitoral, assim como o período necessário para realizar a atividade; III. Adoção de medidas, caso ainda não seja feito, para que as requisições de servidores para atuarem nos cartórios eleitorais e nas secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais sejam em caráter temporário, com prazo previamente determinado e sem identificação nominal do servidor; IV. Adoção de medidas para evitar designação de servidores requisitados para ocupar a função de chefe de cartório, seja na condição de efetivo ou substituto V. Adoção de medidas para evitar requisição ou prorrogação de requisição de pessoas sem vínculo efetivo com a administração pública”.
--	---

QUADRO A.16.9 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	P.A nº 37/2009, Classe I, protocolo nº 4391/2009
Data do Relatório de Auditoria	18.08.2011
Item do Relatório de Auditoria	Restituição ao erário.
Comunicação Expedida/Data	O Presidente acatou a sugestão do CCI, determinando o fiel cumprimento às sugestões apresentadas.
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria Geral/SGP
Descrição da Recomendação	“Que a administração avalie a oportunidade e a conveniência de propiciar ação mais incisiva na cobrança de valores pagos indevidamente a servidores, visto que no caso em tela a servidora concluiu a restituição somente um ano depois do recebimento (agosto de 2009 e setembro de 2010)”.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

17. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

Como relevância para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão, temos a relatar o seguinte:

- No âmbito Social foi dado maior incentivo ao Programa Eleitor do Futuro, Programa que atende a faixa etária de 10 a 15 anos, com ações voltadas para cidadania através de eleições de representantes de turma e diplomação dos eleitos, palestras nas Escolas cadastradas, divulgação da Urna Eletrônica, cadastramento eleitoral dos alunos que já haviam completado 16 anos, realizado nas próprias escolas.
- O Programa Cidadania em Pauta
- A realização de reuniões com os Juízes Eleitorais e Chefes de Cartório com o intuito de se fazer uma avaliação retrospectiva acerca das dificuldades apresentadas durante o 1º e 2º Turno das Eleições Gerais 2010, visando o saneamento das mesmas para evitar a repetição nas Eleições Municipais de 2012, e a elaboração da logística para o encerramento do cadastramento eleitoral em 9 de maio de 2012 .
- A constituição, através da Portaria nº 005/2012, de Comissão encarregada de realizar estudos visando à elaboração de ato normativo interno disciplinando a gestão e controle dos bens patrimoniais do tribunal regional Eleitoral do Amapá.
- A constituição, através da Portaria nº 216/2012, de Comissão para realizar o levantamento, dar baixa, e regularizar as inconsistências entre o físico e o que está registrado nos sistemas, apontadas pela Comissão de Inventário e Coordenadoria de Controle Interno, com prazo para entrega de relatório, após o saneamento dessas inconsistências, de 90 dias, ou seja, até o dia 30 de setembro de 2012.
- Por fim, há de se ressaltar que em relação aos indicadores orçamentários, após a apuração do encerramento do exercício de 2011, este Tribunal Regional Eleitoral do Amapá atingiu o seguinte desempenho:

QUADRO PRÓPRIO VII – DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

INDICADOR	META (%)	ATINGIDO (%)	RANKING JE
Perdas Orçamentárias	2,34	0,00	1º
Execução Planejada	52,83	76,46	7º
Execução de Restos A Pagar	92,66	90,74	5º

Fonte: TSE

e, para que obtivéssemos esse resultado destacamos as boas práticas tais como adoção de registro de preços e data limite para o início das licitações, maior integração entre as Unidades do Tribunal, maior controle das inscrições em restos a pagar, bem como sua execução, acompanhamento, mensalmente, da execução dos saldos dos empenhos estimativos, para eventual anulação e utilização desses recursos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

B – Informações Contábeis da Gestão

1. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.

QUADRO B.1.1 – DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ			070029
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Macapá - AP	Data	23 de abril de 2012
Contador Responsável	Lucélia Cunha Moraes	CRC nº	CRC Nº PA-011317/O-1

C – Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins

1. Informações sobre a conformidade da distribuição dos recursos do Fundo Partidário como previsto nos Art. 40 a 43 da Lei nº 9.096/95, bem como sobre a prestação de contas pelos partidos políticos, no formato definido na portaria prevista no art. 4º, § 3º desta DN.

QUADRO C.1.8 – RELAÇÃO DOS DIRETÓRIOS DE PARTIDOS NO ESTADO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

SIGLA	NOME DO PARTIDO	REGISTRO NO TSE		RESPONSÁVEL PELO DIRETÓRIO	PERÍODO
		NÚMERO	DATA		
PMDB	Partido Do Movimento Democrático Brasileiro		30.06.1981	GILVAM PINHEIRO BORGES	14.12.2011 A 15/12/2013
PDT	Partido Democrático Trabalhista		10.11.1981	ANTÔNIO WALDEZ GÔES DA SILVA	20.12.2007 A 21.12.2013
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro		03.11.1981	EDUARDO SEABRA DA COSTA	05.04.2008 A 20.05.2012
PT	Partido Dos Trabalhadores		11.02.1982	MARIA NILZA AMARAL DE ARAÚJO	30.03.2008 A 20.08.2014
DEM	Democratas		11.09.1986	DAVID SAMUEL ALCOLUMBRE TOBELÉM	03.03.2005 A 20.08.2014
PC DO B	Partido Comunista Do Brasil		23.06.1988	JOSÉ LUIZ AMARAL PINGARILHO	11.12.2007 A 05.11.2013
PSB	Partido Socialista Brasileiro		01.07.1988	JOÃO ALBERTO RODRIGUES CAPIBERIBE	16.05.2008 A 30.04.2012
PSDB	Partido Da Social Democracia Brasileira		24.08.1989	JORGE AMANAJÁS	21.10.2007 A 17.04.2013
PTC	Partido Trabalhista Cristão		22.02.1990	PAULO JOSPE DA SILVA RAMOS	28.09.2012 A 27.09.2012
PSC	Partido Social Cristão		29.03.1990	MOISÉS REATEGUI DE SOUZA	25.08.2009 A INDETERMINADA
PMN	Partido Da Mobilização Nacional		25.10.1990	ALDILENE FRANCISCA DE MORAES	07.06.2010 A INDETERMINADO
PRP	Partido Republicano Progressista		29.10.1991	1. MARELISLSON LOBATO DE SOUZA 2. EDSON CARDOSO MONTEIRO	20.06.2012 A 26.09.2011 27.09.2011 A INDETERMINADO
PPS	Partido Popular Socialista		19.03.1992	1. JACI PENA AMANAJÁS 2. ALLAN ROSA SALES	02.07.2009 A 24.10.2011 29.10.2011 A 29.10.2013



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

SIGLA	NOME DO PARTIDO	REGISTRO NO TSE		RESPONSÁVEL PELO DIRETÓRIO	PERÍODO
		NÚMERO	DATA		
PV	Partido Verde		30.09.1993	ANTONIO JOSÉ NUNES DOS SANTOS	16.05.2010 A 31.12.2012
PT DO B	Partido Trabalhista Do Brasil		11.10.1994	ADAIL BARRIGA DIAS	0.06.2010 A INDETERMINADA
PP	Partido Progressista		16.11.1995	1. BENEDITO DIAS DE CARVALHO 2. JORGE EVALDO EDINHO DUARTE	09.02.2009 A 30.05.2011 01.06.2011 A 28.05.2012
PSTU	Partido Socialista Dos Trabalhadores Unificado		19.12.1995	CARLOS CLEY RAMOS PAIVA	10042009 A 20.06.2013
PCB	Partido Comunista Brasileiro		09.05.1996	SEBASTIÃO NELSON SILVA DE SOUZA	05.01.2010 A 05.01.2013
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro		28.03.1995	1. HILDEGARD DE AZEVEDO GURGEL	08.09.2009 A 25.03.2011
PHS	Partido Humanista Da Solidariedade		20.03.1997	MÁRIO ANTONIO MARQUES FÁSCIO	29.04.2011 A INDETERMINADO
PSDC	Partido Social Democrata Cristão		05.08.1997	EMANUEL SILVA PEREIRA	30.09.2010 A 27.07.2012
PTN	Partido Trabalhista Nacional		02.10.1997	ELDEIN JOSÉ BRITO PIRES	29.09.2009 A INDETERMINADO
PSL	Partido Social Liberal		02.06.1998	RICADO SOUZA OLIVEIRA	19.04.2011 A 19.04.2012
PRB	Partido Republicano Brasileiro		25.8.2005	RIVADAVIA MIGUEL DE SOUZA FRANÇA	03.05.2010 A INDETERMINADO

QUADRO C.1.9 – DISCRIMINAÇÃO DAS COTAS DO FUNDO PARTIDÁRIO RECEBIDAS PELOS DIRETÓRIOS ESTADUAIS DAS DIREÇÕES NACIONAIS DOS PARTIDOS.

Valores em
\$1,00

SIGLA DO PARTIDO	EXERCÍCIOS		
	2011	2010	2009



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

PMDB	R\$ 407.983,31	R\$ 354.876,26	R\$ 335.228,43
PDT	R\$ 21.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PTB	R\$ 74.400,00	R\$ 88.600,00	R\$ 71.000,00
PT	R\$ 245.907,65	R\$ 124.936,52	R\$ 79.824,74
DEM	R\$ 428.000,00	R\$ 152.000,00	R\$ 121.000,00
PC DO B	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PSB	R\$ 30.887,72	R\$ 115.635,61	R\$ 89.054,14
PSDB	R\$ 284.626,19	R\$ 157.666,27	R\$ 211.497,52
PTC	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PSC	R\$ 3.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PMN	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PRP	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PPS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PV	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PT DO B	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PP	R\$ 192.800,00	R\$ 162.000,00	R\$ 155.000,00
PSTU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PCB	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PRTB	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PHS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PSDC	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PTN	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PSL	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAIS	R\$ 1.688.604,87	R\$ 1.003.714,66	R\$ 1.062.604,83



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

**QUADRO C.1.10 – DIRETÓRIOS ESTADUAIS QUE PRESTARAM CONTAS RELATIVAS AO
EXERCÍCIO ANTERIOR AO DE REFERÊNCIA**

SIGLA DO PARTIDO	DADOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2010		
	DATA	PROCESSO	SITUAÇÃO EM 2011
PMDB	29/04/2011	PC Nº 34-02.2011.6.03.0000	AR
PDT	29/04/2011	PC Nº 35-84.2011.6.03.0000	AN
PTB	29/04/2011	PC Nº 31-47.2011.6.03.0000	AN
PT	02/05/2011	PC Nº 38-39.2011.6.03.0000	DP
DEM	29/04/2011	PC Nº 37-54.2011.6.03.0000	DP
PSB	29/04/2011	PC Nº 33-17.2011.6.03.0000	DP
PSDB	07/10/2011	PC Nº 209-93.2011.6.03.0000	DP
PSC	02/05/2011	PC Nº 39-24.2011.6.03.0000	DP
PV	26/04/2011	PC Nº 30-62.2011.6.03.0000	DP
PT DO B		NÃO APRESENTADA	
PP	15/07/2011	PC Nº 186-50.2011.6.03.0000	DP
PSTU	02/05/2011	PC Nº 43-61.2011.6.03.0000	AN
PCB	01/03/2011	PC Nº 13-26.2011.6.03.0000	AN
PRTB	02/05/2011	PC Nº 41-91.2011.6.03.0000	AN
PSDC	29/04/2011	PC Nº 32-32.2011.6.03.0000	DP
PR	02/05/2011	PC Nº 42-76.2011.6.03.0000	AN
PSOL	21/07/2011	PC Nº 189-05.2011.6.03.0000	AN
PRB	02/05/2011	PC Nº 40-09.2011.6.03.0000	AN

- 1) Ofício nº 103/2012 e 104/2012 – Presidência comunicando TSE e Direção Nacional do PT para suspensão do repasse de cotas do fundo partidário à direção regional, respectivamente.
- 2) Ofício nº 36/2012 e 35/2012 – Presidência comunicando TSE e Direção Nacional do DEM para suspensão do repasse de cotas do fundo partidário à direção regional, respectivamente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

3) Ofício nº 34/2012 e 33/2012 – Presidência comunicando TSE e Direção Nacional do PSDB para suspensão do repasse de cotas do fundo partidário à direção regional, respectivamente.

* Aguardando prazo recursal

** Aguardando para comunicar

***Ofício nº 46/2012 e 45/2012 – Presidência comunicando TSE e Direção Nacional do PP para suspensão do repasse de cotas do fundo partidário à direção regional, respectivamente.

****Ofício nº 56/2012 e 58/2012 – Presidência comunicando TSE e Direção Nacional do PSDC para suspensão do repasse de cotas do fundo partidário à direção regional, respectivamente.

QUADRO C.1.11 – DIRETÓRIOS ESTADUAIS QUE NÃO PRESTARAM CONTAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2010

SIGLA DO PARTIDO	MEDIDAS ADOTADAS PELO TRE
PC DO B	CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS – PROCESSO Nº PC Nº 45-31.2011.6.03.0000
PTC	CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS – PROCESSO Nº PC Nº 45-31.2011.6.03.0000
PMN	CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS – PROCESSO Nº PC Nº 45-31.2011.6.03.0000
PRP	CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS – PROCESSO Nº PC Nº 45-31.2011.6.03.0000
PPS	CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS – PROCESSO Nº PC Nº 45-31.2011.6.03.0000
PT DO B	CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS – PROCESSO Nº PC Nº 45-31.2011.6.03.0000
PHS	CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS – PROCESSO Nº PC Nº 45-31.2011.6.03.0000
PTN	CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS – PROCESSO Nº PC Nº 45-31.2011.6.03.0000
PSL	CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS – PROCESSO Nº PC Nº 45-31.2011.6.03.0000

*** EXPEDIDO OFÍCIOS Nº 069, 070, 071, 072, 073, 074, 075, 076 E 077 – PRESIDENCIA, AO PC DO B, PTC, PMN, PRP, PPS, PT DO B, PHS, PTN E PSL, RESPECTIVAMENTE, DETERMINANDO SUSPENSÃO DO REPASSE DE CONTAS DO FUNDO PARTIDÁRIAS ÀS DIREÇÕES REGIONAIS.**

**** EXPEDIDO OFÍCIO Nº 078/2012 AO TSE COMUNICANDO SOBRE JULGAMENTO E SUSPENSÃO DE COTAS.**

QUADRO C.1.12 – JULGAMENTO DAS CONTAS DOS DIRETÓRIOS ESTADUAIS DOS PARTIDOS

SIGLA DO PARTIDO	SITUAÇÃO DAS CONTAS DOS DIRETÓRIOS RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS DE:
------------------	---



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

	2010	2009	2008	2007	2006
PMDB	AR	AP	AP	AP	AR
PDT	AN	AP	AP	AP	AR
PTB	AN	AP	AR	AR	AP
PT	DP	AR	DP	AP	AR
DEM	DP	AR	AR	AR	AR
PC DO B	-	-	-	-	-
PSB	DP	AR	DP	AR	AP
PSDB	DP	AR	AR	AR	AR
PTC	-	-	-	-	-
PSC	DP	AP	AR	AP	AR
PMN	-	-	-	-	-
PRP	-	-	DP	DP	DP
PPS	-	-	-	DP	DP
PPS	-	-	-	DP	DP
PV	DP	AN	DP	DP	DP
PT DO B	-	-	-	-	DP
PP	DP	AR	AR	AR	AR
PSTU	AN	DP	-	DP	DP
PCB	AN	AP	AR	DP	-
PRTB	AN	AR	AR	DP	DP
PHS	-	-	-	-	AR
PSDC	DP	AR	AR	AR	-
PTN	-	-	-	-	-
PSL	-	-	DP	AP	AR
PR	NA	AP	AP	AP	-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

SIGLA DO PARTIDO	SITUAÇÃO DAS CONTAS DOS DIRETÓRIOS RELATIVAS AOS				
	EXERCÍCIOS DE:				
	2010	2009	2008	2007	2006
PSOL	AN	AP	AP	AP	AR
PRB	AN	DP	-	-	-
TOTAIS					
<u>Legenda:</u> AN – Em análise AP – Aprovada AR – Aprovada com ressalva DP – Desaprovada RE – Em recurso					

Macapá, 30 de maio de 2012.

Desembargador Raimundo Vales
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá